



RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

COMPETÊNCIA: NOVEMBRO/2023

**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE
FORMOSA DO RIO PRETO/BA**

GESTÃO: 2021/2024 [MANOEL AFONSO DE ARAÚJO]

Ao: Excelentíssimo Senhor

Manoel Afonso de Araújo

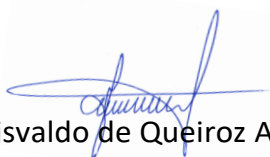
Prefeito Municipal de Formosa do Rio Preto

Nesta.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A Controladoria Geral do Município de Formosa do Rio Preto – Estado da Bahia, em atenção a Lei Municipal nº 19/2005 e em cumprimento das suas atribuições, conferidas pela Resolução nº 1120/05 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, em vigor, vem encaminhar o Relatório Mensal do Controle Interno, referente ao mês de **NOVEMBRO de 2023**, com ênfase nos principais resultados.

Atenciosamente,



Erisvaldo de Queiroz Assis
Controlador Geral do Município
Portaria nº 017/2021

RELATORIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO – 11/2023

CONCEPÇÃO

Erisvaldo de Queiroz de Assis – Controlador Geral do Município

EQUIPE CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Rosicleia de Carvalho Silva
Cristiano Vargas dos Santos

Sumário

1	Introdução	5
1.1	Contextualização	5
1.2	Base legal	6
2	Metodologia	7
2.1	Coleta de Dados	7
2.2	Análise Qualitativa	7
2.3	Análise Quantitativa	7
2.4	Triangulação de Dados	7
2.5	Cronograma	8
2.6	Limitações Metodológicas	8
3	Análises Setoriais	8
3.1	Execução Orçamentária e Financeira	8
3.1.1	Dos instrumentos de Planejamento – Lei 4.320/64	8
3.1.2	Receitas	9
3.1.3	Despesas	10
3.1.4	Créditos Adicionais	11
3.1.5	Balanco Orçamentário	11
3.1.6	Balanco Financeiro	17
3.1.7	Balanco Patrimonial	18
3.1.8	Das Receitas e Despesas Liquidadas por Fonte de Recursos	19
3.1.9	Recomendações	19
3.2	Sistema de Pessoal (Recursos Humanos)	20
3.2.1	Quadro Resumido de Recursos Humanos na competência	21
3.2.2	Admissões no Período	21
3.2.3	Desligamentos no Período	21
3.2.4	Recomendações	21
3.3	Bens Patrimoniais	22
3.3.1	Bens Incorporados ao Sistema Patrimonial	22
3.3.2	Bens Baixados do Sistema Patrimonial	23
3.3.3	Consolidação os Bens Patrimoniais	23
3.3.4	Recomendações do Controle Interno	24
3.4	Bens em Almoxarifado	25
3.4.1	Recomendações do Controle Interno	25
3.5	Veículos e Combustíveis	26
3.5.1	Veículos	26
3.5.2	Consumo de Combustível (Novembro/2023)	27
3.5.3	Processos de Pagamentos	27
3.5.4	Recomendações	28
3.6	Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes	28
3.6.1	Licitações	29
3.6.2	Contratos	30

3.6.3	Convênios	33
3.6.4	Acordos e/ou Ajustes com Entidades sem Fins Lucrativos	34
3.6.5	Recomendações	34
3.7	Obras Públicas, Inclusive Reformas	35
3.7.1	Recomendações do Controle Interno	35
3.8	Operações de Créditos.....	35
3.8.1	Recomendações	36
3.9	Limites de Endividamento	36
3.9.1	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.....	36
3.9.2	Recomendações	37
3.10	Adiantamentos	37
3.11	Doações, Subvenções, Auxílios e Contribuições Concedidos.....	38
3.11.1	Doações	38
3.11.2	Subvenções.....	38
3.11.3	Auxílios Financeiro	38
3.11.4	Contribuições Concedidas.....	39
3.11.5	Recomendações	39
3.12	Dívida Ativa	39
3.12.1	Recomendações	41
3.13	Despesa Pública	41
3.13.1	Despesa Orçamentária	41
3.13.2	Processos Liquidados e Pagos	42
3.13.3	Diárias	43
3.13.4	Subsídios	43
3.13.5	Gastos com Publicidade.....	44
3.13.6	Desembolso Extraorçamentário.....	45
3.13.7	Posição dos Restos a Pagar do Exercício Anterior	46
3.13.8	Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).....	47
3.13.9	Ações de Auditoria nos Processos de Pagamento	47
3.13.10	Recomendações do Controle Interno	49
3.14	Receita	50
3.14.1	Receita Orçamentária.....	50
3.14.2	Ingresso Extraorçamentário.....	50
3.15	Observância dos Limites Constitucionais e Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal	50
3.15.1	Do Cumprimento dos Limites Constitucionais	50
3.15.2	Dos Relatórios da LRF	54
3.16	Gestão Governamental	55
3.16.1	Avaliação das Metas Do Plano Plurianual.....	55
3.17	Precatórios	58
4	Transparência Pública Municipal	58
5	Ações de Controle e Resultados.....	59
6	Considerações Finais	61
7	Pronunciamento do Prefeito	62

1 Introdução

1.1 Contextualização

As transformações ocorridas na Administração Pública refletem as mudanças que vêm impulsionando os municípios no caminho da modernização, buscando o aparelhamento necessário para atender, satisfatoriamente, o cumprimento de responsabilidades ampliadas a partir da Constituição de 1988. Nesse processo de adaptação, esta gestão, procurou dentro das limitações de recursos humanos, a disponibilidade de recursos da informática imprescindíveis às ações de controle, acompanhamento e fiscalização.

Considerando que as incumbências do Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto – Bahia, é analisar e verificar os atos de repercussão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial praticados pela sua Administração, bem como os registros contábeis e as demonstrações contábeis, buscando a eficiência que pode ser definida, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando o menor esforço e ao menor custo na execução das tarefas. A eficácia, diz respeito ao atingimento de objetivos e metas.

A efetividade é um conceito fundamental para este Controle Interno, e refere-se à preocupação da organização com seu relacionamento externo e atendimento as necessidades e suas funções.

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Formosa do Rio Preto-BA, apresento o Relatório sobre as contas do Poder Executivo referente ao mês de novembro de 2023, ficando a mesma sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do controle externo, a cargo do Poder Legislativo Municipal com apoio técnico do Tribunal de Contas, em conformidade com o previsto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 101, de 04 junho de 2000 e, nos termos das Normativas em cumprimento ao art. 17 da Resolução nº 1120/05 do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM/BA, que passou a apresentar o Relatório do Controle Interno, como parte integrante da prestação das Contas Mensal e Anual.

O Controle Interno Municipal em conformidade com a Resolução n. 1.120/05 art. 2º - conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da Gestão Pública e o acompanhamento dos Programas e Políticas Públicas bem como, evidenciar sua legalidade e razoabilidade, avaliar os resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.

Destaca inicialmente, que o órgão de Controle Interno do Município de Formosa do Rio Preto/BA, foi criado pela Lei Municipal nº 19/2005 e Regulamentado pelo Decreto nº 01/2006, concentrando a fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Municipal.

Tendo o cargo de Controlador ocupado atualmente através de nomeação conforme portaria nº 017/2021, por servidor comissionado.

Desde sua criação, as buscas por uma estrutura capaz de orientar tecnicamente a gestão administrativa a um atendimento mais eficaz e eficiente aos princípios constitucionais que foram constantes, com o desenvolvimento de critérios para salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas, estimular a eficiência operacional e o efetivo controle, adotando procedimentos de normatização capazes de atender as determinações legais.

O presente relatório resume a continuidade administrativa pautada pela atual gestão durante o período elevando-se as prioridades e metas que busquem a eficiência no controle efetivo dos recursos públicos. Sob acompanhamento padronizado e permanente da administração, sempre respaldando a transparência e mantendo a base técnica como missão orientadora, elevando as recomendações legais pela correção dos procedimentos básicos exigidos na administração pública.

Após esta introdução descreveremos e relataremos a seguir as ações realizadas para o pleno exercício da competência exercida por esta Prefeitura Municipal, bem como as suas atividades de controle.

1.2 Base legal

Em conformidade com a Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e Normativas conferidas pela Resolução nº 1120/05 do TCM-BA, o Controle Interno acompanhou a legalidade dos atos que geraram receitas e às despesas públicas com o nascimento ou extinção de direitos e obrigações; acompanhou o cumprimento do Plano Plurianual - PPA, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e posteriormente a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, culminando com posteriores medidas de compatibilização necessárias ao seu regular cumprimento e verificação da implementação das metas com eficiência e eficácia, atingindo os resultados propostos.

- ✓ Resolução TCM/BA- nº1120/2005;
- ✓ Constituição Federal e Constituição Estadual;
- ✓ Lei Federal n.º 4.320/64 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- ✓ Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações posteriores – Institui normas para licitações e contratos na Administração Pública;
- ✓ Lei Complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- ✓ Plano Plurianual de Governo do Município para o período de 2022/2025 (PPA) Lei nº 287/2021, publicada em 07/12/2021;
- ✓ Lei Diretrizes Orçamentárias LDO nº 303/2022, para o exercício/2023 publicada em 18/07/2022;
- ✓ Lei Orçamentária nº 308/2022 – Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2023 – LOA publicada em 25/11/2022;
- ✓ Resoluções e Pareceres do Tribunal de Contas dos Municípios;
- ✓ Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

2 Metodologia

Para a elaboração deste Relatório Mensal de Controle Interno, foram adotadas diversas abordagens metodológicas, visando a obtenção de um panorama fidedigno da situação administrativa, financeira e patrimonial do Município de Formosa do Rio Preto. A metodologia aplicada foi composta pelas seguintes etapas:

2.1 Coleta de Dados

- Revisão de documentos oficiais, relatórios financeiros e contábeis, contratos, licitações, e outros materiais relevantes.

- Entrevistas com gestores e funcionários envolvidos nos diferentes setores analisados, de acordo com o que determina a Resolução TCM/BA nº 1120/2005.

- Documentação legal, como leis, decretos e regulamentações;

- Utilização de sistemas informatizados para a extração de dados quantitativos.

2.2 Análise Qualitativa

- Avaliação do conteúdo dos documentos coletados.

- Comparação das práticas atuais com as políticas, normas e diretrizes estabelecidas, inclusive com base na Resolução TCM/BA nº 1120/2005.

- A análise documental foi realizada para verificar a conformidade dos documentos e registros com as normas e regulamentações aplicáveis.

2.3 Análise Quantitativa

- Comparação de dados ao longo de um período específico (mensal, trimestral, anual) para identificar padrões ou tendências, como o crescimento das receitas ou o aumento das despesas em determinados setores.

- Comparação entre os números orçados e os realizados para cada setor ou atividade, identificando e quantificando desvios. Esta análise pode incluir a aplicação de testes estatísticos para determinar se os desvios são significativos.

- Cálculo de índices financeiros como razão corrente, liquidez e grau de endividamento para avaliar a saúde financeira do município. Comparações com períodos anteriores são úteis para contextualizar os resultados.

2.4 Triangulação de Dados

Correlação e comparação entre as informações coletadas e as análises qualitativa e quantitativa, visando maior precisão e confiabilidade.

2.5 Cronograma

- Coleta de dados: Do 1º ao 10º dia do mês subsequente;
- Análise e interpretação: Do 5º ao 15º dia do mês subsequente
- Redação do relatório: Do 11º ao 20º dia do mês subsequente
- Revisão e aprovação: Do 15º ao 22º dia do mês subsequente
- Publicação e distribuição: Até o 25º dia do mês subsequente

2.6 Limitações Metodológicas

As limitações deste relatório incluem a qualidade dos dados disponíveis e o tempo de análise. É possível que algumas informações não estejam completamente atualizadas ou que determinados dados ainda estejam em processo de validação.

3 Análises Setoriais

Este capítulo se dedica à avaliação pormenorizada dos principais setores e atividades da administração municipal. A análise é orientada pelas diretrizes e itens listados no Art. 11º da Resolução TCM/BA nº 1120/2005. O objetivo é fornecer um diagnóstico preciso e abrangente que possa embasar futuras decisões estratégicas e operacionais.

3.1 Execução Orçamentária e Financeira

Esta seção tem por objetivo analisar o comportamento das receitas e despesas do município durante o período em questão, oferecendo uma visão panorâmica das finanças públicas e permitindo avaliações sobre a sustentabilidade fiscal do município. A análise abrange diversas fontes de receita e categorias de despesa, proporcionando uma avaliação holística que servirá como base para decisões estratégicas futuras.

3.1.1 Dos instrumentos de Planejamento – Lei 4.320/64

A execução orçamentária do exercício financeiro de 2023 foi norteadada pela **Lei Municipal nº 287/2021**, que instituiu o **Plano Plurianual** para o quadriênio **2022-2025**, **Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 303/2022**, e **Lei Orçamentária Anual nº 308/2022**, devidamente publicada No Diário Oficial do Município de FORMOSA DO RIO PRETO em 25/11/2022, onde que estimou a Receita e Fixou Despesa para o exercício de 2023 no valor de **R\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais)**.

Foi autorizado na lei supracitada a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de:

- ✓ 100% (cem por cento). Dos créditos decorrentes de superávit financeiro
- ✓ 100% (cem por cento); dos créditos decorrentes do excesso de arrecadação

- ✓ 100% (cem por cento); e dos créditos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações
- ✓ 100% (cem por cento), dos recursos previstos no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

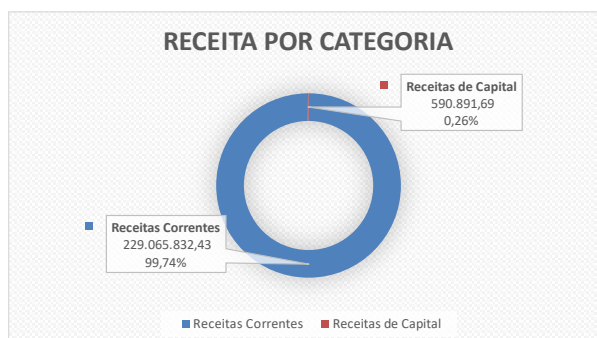
3.1.2 Receitas

Código	Descrição da Rubrica	Previsto	Arrecadado no Mês	Arrecadado até Mês	Variação (R\$)	(%) Arrecadado até o mês
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	278.389.000,00	23.221.325,13	269.637.438,69	- 8.751.561,31	96,86%
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de	16.153.000,00	939.313,43	24.085.286,78	7.932.286,78	149,11%
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	700.000,00	18.799,00	177.568,28	- 522.431,72	25,37%
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.696.000,00	265.122,52	2.922.875,36	1.226.875,36	172,34%
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	1.890.000,00	5.556,89	110.321,57	- 1.779.678,43	5,84%
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	257.858.000,00	21.980.460,05	241.254.166,82	- 16.603.833,18	93,56%
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	92.000,00	12.073,24	1.087.219,88	995.219,88	1181,76%
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	10.391.000,00	36,36	590.891,69	- 9.800.108,31	5,69%
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	5.900.000,00	-	-	- 5.900.000,00	0,00%
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	100.000,00	-	-	- 100.000,00	0,00%
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	4.381.000,00	-	564.974,79	- 3.816.025,21	12,90%
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	10.000,00	36,36	25.916,90	15.916,90	259,17%
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Deduções	- 42.780.000,00	- 3.443.284,69	- 40.571.606,26	2.208.393,74	94,84%
9.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Deduções FUNDEB	- 42.780.000,00	- 3.443.284,69	- 40.571.606,26	2.208.393,74	94,84%
TOTAL GERAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		246.000.000,00	19.778.076,80	229.656.724,12	- 16.343.275,88	93,36%

1. Receitas Previstas x Receitas Realizadas

Na comparação entre as receitas previstas para o exercício financeiro em análise e as receitas efetivamente realizadas até o mês. Dos **R\$ 246.000.000,00** previstos inicialmente, o município arrecadou até o mês a quantia de **R\$ 229.656.724,12**, ou seja **93,36%** da previsão anual para o exercício.

2. Origem das Receitas



3. Variações Significativas

É relevante destacar que a receita orçamentária do município atingiu **93,36%** da previsão anual, com destaque para a arrecadação das receitas correntes, que alcançaram **96,86%** do esperado. As rubricas "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria" e "Receita Patrimonial" ultrapassaram significativamente as estimativas, em **149,11%** e **172,34%**, respectivamente, indicando um desempenho fiscal robusto nessas áreas.

Por outro lado, a receita de serviços mostra uma execução preocupante de apenas **5,84%** do previsto, sugerindo a necessidade de **investigação** sobre a baixa arrecadação. Enquanto isso, as "Outras Receitas Correntes" tiveram um aumento extraordinário, com arrecadação de **1181,76%** acima do esperado. As receitas de capital estão bem abaixo da previsão, com apenas **5,69%** realizadas, o que merece **atenção especial** para compreender as causas dessa discrepância.

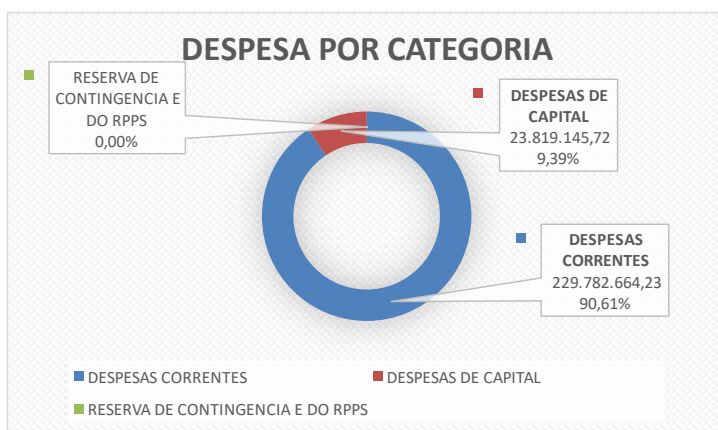
3.1.3 Despesas

Código	Descrição da Rubrica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Empenhada (Até o mês)	Variação (R\$)	(%) Empenhado até o mês
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	193.369.500,00	238.532.947,00	229.782.664,23	8.750.282,77	96,33%
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.594.000,00	90.957.516,14	89.423.332,72	1.534.183,42	98,31%
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	250.000,00	140.000,00	126.500,00	13.500,00	90,36%
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.525.500,00	147.435.430,86	140.232.831,51	7.202.599,35	95,11%
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	51.130.500,00	27.133.053,00	23.819.145,72	3.313.907,28	87,79%
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	47.977.500,00	25.091.853,00	21.940.702,74	3.151.150,26	87,44%
4.5.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	953.000,00	571.200,00	569.753,05	1.446,95	99,75%
4.6.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.200.000,00	1.470.000,00	1.308.689,93	161.310,07	89,03%
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA E DO	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00	0,00%
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00	0,00%
TOTAL GERAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		246.000.000,00	267.166.000,00	253.601.809,95	13.564.190,05	94,92%

➤ Despesas Previstas x Despesas Realizadas

No comparativo das despesas fixadas para o exercício financeiro em análise e as despesas efetivamente realizadas (empenhadas) até o mês. Dos **R\$ 246.000.000,00** fixados inicialmente, a Dotação total atualizada é de **267.166.000,00 R\$**; um acréscimo de aproximadamente **8,60%** em relação a Dotação Inicial Fixada. A totalização da despesa empenhada até o mês alcançou quantia de **253.601.809,95 R\$**, ou seja **94,92%** da dotação atualizada para o atual exercício financeiro.

➤ Tipos de Despesas



➤ Variações Significativas

Durante os onze meses do exercício financeiro corrente, observa-se um acréscimo de aproximadamente **23,36%** na dotação para "Despesas Correntes", contrastando com uma **redução significativa** na alocação para "Despesas de Capital".

Essa movimentação de recursos indica um descompasso com o planejamento inicial, onde uma parcela considerável destinada a investimentos foi redirecionada para custeio. A rubrica "Despesas de Capital" representa 53% na dotação atualizada em relação à inicial, tal cenário evidencia um descompasso entre o planejado e o executado, especialmente em termos de investimentos estruturais e de desenvolvimento.

3.1.4 Créditos Adicionais

Na execução orçamentária do período em questão, identifica-se um incremento de **R\$ 12.509.760,30** referente a Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, além de alteração de QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa) no montante de **R\$ 0,00**. O total de créditos adicionais somou **R\$ 12.509.760,30**. Desse total, foram amortizados **R\$ 6.453.760,30**, resultando em um **acréscimo líquido de R\$ 6.056.000,00** ao orçamento.

Esse acréscimo representa cerca de **2,46%** do orçamento inicial de **R\$ 246.000.000,00**, evidenciando um reforço de dotação considerável no período avaliado. Esta movimentação financeira está detalhada nos decretos autorizados, destacando-se a gestão fiscal ativa na realocação de recursos para atender às necessidades emergentes da administração pública.

Data	Número	Tipo	Tipo de Alteração	Acréscimo	Redução	Excesso/SF	
01/11/2023	53	Decreto Financeiro	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	1.581.260,30	1.581.260,30	0,00	
13/11/2023	54	Decreto Financeiro	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	672.000,00	0,00	672.000,00	
13/11/2023	55	Decreto Financeiro	SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.754.000,00	0,00	1.754.000,00	
15/11/2023	56	Decreto Financeiro	SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.270.000,00	0,00	1.270.000,00	
15/11/2023	57	Decreto Financeiro	SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.350.000,00	0,00	1.350.000,00	
15/11/2023	58	Decreto Financeiro	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	2.472.500,00	2.472.500,00	0,00	
24/11/2023	59	Decreto Financeiro	SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.010.000,00	0,00	1.010.000,00	
28/11/2023	60	Decreto Financeiro	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	2.400.000,00	2.400.000,00	0,00	
Total de Registros: 8				Total Geral:	12.509.760,30	6.453.760,30	6.056.000,00

3.1.5 Balanço Orçamentário

A **Lei Nº. 308/2022**, devidamente publicada no Diário Oficial do Município de 25/11/2022, estimou a Receita e Fixou Despesa para o exercício de 2023 no valor de **R\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais)**, autorizando a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **100%** dos recursos previstos no **§ 1º, inciso I, II e III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64**;

3.1.5.1 Receita Orçamentária

Ao examinar o Balanço Orçamentário, verifica-se que, dos **R\$ 246.000.000,00** (duzentos e quarenta e seis milhões de reais) previstos para receita no orçamento, foram efetivamente arrecadados **R\$ 229.656.724,12** (duzentos e vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos), correspondendo a cerca de **93,36%** da estimativa inicial. Este valor apurado até o momento da análise reflete a performance da arrecadação em relação ao planejado, conforme detalhado na demonstração a seguir.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	235.609.000,00	235.609.000,00	229.065.832,43	-6.543.167,57
Receita Tributária	16.153.000,00	16.153.000,00	24.085.286,78	7.932.286,78
Receita de Contribuições	700.000,00	700.000,00	177.568,28	-522.431,72
Receita Patrimonial	1.696.000,00	1.696.000,00	2.922.875,36	1.226.875,36
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.890.000,00	1.890.000,00	110.321,57	-1.779.678,43
Transferências Correntes	215.078.000,00	215.078.000,00	200.682.560,56	-14.395.439,44
Outras Receitas Correntes	92.000,00	92.000,00	1.087.219,88	995.219,88
Receitas de Capital (II)	10.391.000,00	10.391.000,00	590.891,69	-9.800.108,31
Operações de Crédito	5.900.000,00	5.900.000,00	0,00	-5.900.000,00
Alienação de Bens	100.000,00	100.000,00	0,00	-100.000,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.381.000,00	4.381.000,00	564.974,79	-3.816.025,21
Outras Receitas de Capital	10.000,00	10.000,00	25.916,90	15.916,90
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	246.000.000,00	246.000.000,00	229.656.724,12	-16.343.275,88
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	246.000.000,00	246.000.000,00	229.656.724,12	-16.343.275,88
Défit (VI)	0,00	0,00	23.945.085,83	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	246.000.000,00	246.000.000,00	253.601.809,95	-16.343.275,88

- **Previsão Inicial x Previsão Atualizada:** A previsão inicial e a previsão atualizada das receitas orçamentárias permaneceram constantes em R\$ 246.000.000,00. Isso indica que, durante o exercício de 2023, não houve alterações na expectativa de arrecadação.
- **Receitas Realizadas:** Das receitas previstas de R\$ 246.000.000,00, apenas **R\$ 229.656.724,12** foram realizadas até o momento. Isso representa uma realização de aproximadamente **93,36%** do total previsto.

Tendo em vista que apenas 11/12 do exercício financeiro foram apurados, em uma análise ponto a ponto chegamos aos seguintes resultados:

❖ RECEITAS CORRENTES (I)

Receita Tributária: Foi arrecadada uma quantia de **R\$ 24.085.286,78**, correspondendo a aproximadamente **149,11%** da previsão inicial. Este desempenho indica uma eficiência notável na arrecadação de impostos, taxas e contribuições obrigatórias, acima do esperado para o exercício financeiro inteiro.

Receita de Contribuições: Registrou-se **R\$ 177.568,28**, que é cerca de **25,37%** da previsão atualizada, mostrando uma arrecadação bem abaixo do esperado para o período.

Receita Patrimonial: Arrecadou-se **R\$ 2.922.875,36**, atingindo cerca de **172,34%** da projeção atualizada. Este resultado positivo reflete uma gestão eficaz dos bens, direitos e ativos patrimoniais.

Receita de Serviços: Foi arrecadada apenas **5,84%** (110.321,57 de 1.890.000,00) da previsão inicial. Considerando que já se passaram 11 dos 12 meses do ano fiscal, idealmente esperaríamos que cerca de 91,67% da previsão anual já tivesse sido realizada. A arrecadação atual está significativamente abaixo do esperado para esta etapa do ano.

Esta baixa arrecadação pode ser resultado de uma variedade de fatores. Podem existir problemas na eficiência ou eficácia dos mecanismos de coleta, as previsões iniciais podem ter sido excessivamente otimistas, ou pode haver fatores externos afetando a geração dessa receita específica.

Dada a significativa diferença entre a arrecadação atual e a previsão, é essencial investigar a causa dessa discrepância. Compreender o motivo pode ajudar a tomar medidas corretivas apropriadas e ajustar as expectativas para o restante do ano. Seria aconselhável também reavaliar as projeções para o próximo exercício fiscal com base nas descobertas.

Transferências Correntes: Levando em conta que foram executados apenas 11/12 do exercício financeiro, as Transferências Correntes apresentam um desempenho que se alinha ao ritmo esperado para o período, com a arrecadação líquida de **R\$ 200.682.560,56** frente a uma previsão atualizada de **R\$ 215.078.000,00**. Esta arrecadação corresponde a cerca de **93,31%** do total projetado para o ano, o que é proporcionalmente adequado ao período de 11 meses, já que, de forma ideal, esperar-se-ia uma execução de aproximadamente **91,67%** para o período. Assim, a receita de Transferências Correntes está ligeiramente acima da expectativa proporcional para o intervalo considerado do exercício financeiro.

Outras Receitas Correntes: Superou significativamente as expectativas com **R\$ 1.087.219,88** arrecadados, indicando uma execução de mais de **1181,76%** em relação à previsão atualizada, o que pode refletir receitas extraordinárias não previstas inicialmente ou um aumento nas receitas diversas.

❖ RECEITAS DE CAPITAL (II)

Operações de Crédito: Não houve registro de arrecadação para Operações de Crédito até o momento, indicando que nenhum novo endividamento ou financiamento foi realizado ou que as operações planejadas ainda não se concretizaram dentro deste período.

Alienação de Bens: Similarmente, não se observa arrecadação proveniente da Alienação de Bens, sugerindo que as vendas de ativos previstas não foram efetivadas ou estão pendentes de realização.

Transferências de Capital: Foi arrecadada apenas **12,90%** (564.974,79 de 4.381.000,00) da previsão inicial. Considerando que 11 dos 12 meses do exercício financeiro já se passaram, o ideal seria que aproximadamente 91,67% da previsão anual já tivesse sido realizada. A arrecadação atual está consideravelmente abaixo do esperado para esta etapa do ano.

Essa baixa arrecadação nas Transferências de Capital pode ter implicações significativas, principalmente se esses recursos estivessem destinados a projetos ou investimentos específicos dentro do município.

Outras Receitas de Capital: Apresentam um resultado positivo, com a arrecadação de **R\$ 25.916,90** superando a expectativa de **R\$ 10.000,00**. Este desempenho indica uma arrecadação de **259,17%** do previsto, refletindo uma gestão eficiente nessas receitas adicionais.

❖ RESUMO

Considerando apenas 11 meses do exercício financeiro, o desempenho geral está bom. Muitas das receitas estão em linha ou acima das projeções quando ajustadas para dez doze avos do ano. No entanto, ainda há categorias que precisam ser monitoradas, como Receitas de Contribuições, Receitas de Serviços, Operações de Crédito e Transferências de Capital, que estão abaixo do esperado.

Recomendamos continuar monitorando mensalmente, especialmente as categorias que ainda não atingiram seus objetivos. Além disso, seria útil analisar quaisquer variações significativas para entender as causas e, se necessário, fazer ajustes nas previsões ou estratégias.

3.1.5.2 Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária foi autorizada em **R\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais)** e a despesas empenhas, liquidadas e pagas foram realizadas conforme tabela abaixo:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	193.369.500,00	238.532.947,00	229.782.664,23	207.504.472,30	202.525.993,48	8.750.282,77
Pessoal e Encargos Sociais	81.594.000,00	90.957.516,14	89.423.332,72	79.877.518,94	78.639.723,23	1.534.183,42
Juros e Encargos da Dívida	250.000,00	140.000,00	126.500,00	118.363,48	118.363,48	13.500,00
Outras Despesas Correntes	111.525.500,00	147.435.430,86	140.232.831,51	127.508.589,88	123.767.906,77	7.202.599,35
Despesas de Capital (IX)	51.130.500,00	27.133.053,00	23.819.145,72	22.380.357,58	21.939.239,01	3.313.907,28
Investimentos	47.977.500,00	25.091.853,00	21.940.702,74	20.703.738,00	20.262.619,43	3.151.150,26
Inversões Financeiras	953.000,00	571.200,00	569.753,05	409.753,05	409.753,05	1.446,95
Amortização da Dívida	2.200.000,00	1.470.000,00	1.308.689,93	1.266.866,53	1.266.866,53	161.310,07
Reserva de Contingência (X)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	246.000.000,00	267.166.000,00	253.601.809,95	229.884.829,88	224.465.232,49	13.564.190,05
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	246.000.000,00	267.166.000,00	253.601.809,95	229.884.829,88	224.465.232,49	13.564.190,05
Superávit (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	246.000.000,00	267.166.000,00	253.601.809,95	229.884.829,88	224.465.232,49	13.564.190,05

- **Previsão Inicial x Previsão Atualizada:** A dotação inicial para despesas orçamentárias foi de **R\$ 246.000.000,00**. Ao longo do exercício financeiro, houve uma atualização nesta dotação, aumentando-a para **R\$ 267.166.000,00**. Esse ajuste representa um incremento de **R\$ 21.166.000,00**.
- **Despesas Realizadas:** Das despesas fixadas de **R\$ 267.166.000,00** o valor total empenhado foi de **R\$ 253.601.809,95**, o liquidado foi de **R\$ 229.884.829,88** e o pago foi de **R\$ 224.465.232,49**. O saldo remanescente das despesas fixadas é de **R\$ 13.564.190,05**.

Tendo em vista que apenas 11/12 do exercício financeiro foram apurados, em uma análise ponto a ponto chegamos aos seguintes resultados:

❖ DESPESAS CORRENTES (I)

Da dotação fixada: A dotação inicial para Despesas Correntes foi de **R\$ 193.369.500,00**. Houve um aumento na dotação atualizada, chegando a **R\$ 238.532.947,00**.

Execução das Despesas Correntes:

- O valor empenhado foi de **R\$ 229.782.664,23**. (96,33% da dotação atualizada)
- O valor liquidado foi de **R\$ 207.504.472,30**.
- O valor efetivamente pago foi de **R\$ 202.525.993,48**.
- O saldo remanescente (diferença entre a dotação atualizada e o valor empenhado) é de **R\$ 8.750.282,77**.

Há uma taxa constante de despesa, é provável que a dotação atualizada seja excedida antes do final do exercício.

❖ **DESPESAS DE CAPITAL (II)**

Da dotação fixada: A dotação inicial para Despesas de Capital foi de **R\$ 51.130.500,00**. Houve uma diminuição na dotação atualizada para **R\$ 27.133.053,00**.

Execução das Despesas de Capital:

- O valor empenhado foi de **R\$ 23.819.145,72**. (87,79% da dotação atualizada)
- O valor liquidado foi de **R\$ 22.380.357,58**.
- O valor efetivamente pago foi de **R\$ 21.939.239,01**.
- O saldo remanescente é de **R\$ 3.313.907,28**.

Com 1 mes restante, se as despesas continuarem no mesmo ritmo, há uma possibilidade de se aproximar ou até ultrapassar a dotação atualizada.

❖ **RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)**

Da dotação fixada: A dotação inicial para Reserva de Contingência foi de **R\$ 1.500.000,00**. Não houve uma diminuição na dotação atualizada permanecendo o valor inicial.

Essa reserva poderá ser utilizada em caso de necessidades imprevistas nos próximos 1 mês ou poderá permanecer intacta até o final do exercício.

❖ **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (IV)**

No contexto das despesas de capital do município, um montante significativo está alocado para a Amortização da Dívida. O valor empenhado para esta finalidade é de **R\$ 1.308.689,93**, que se detalha da seguinte forma:

- Dotação Inicial: **R\$ 2.200.000,00**; atualizada para **R\$ 1.470.000,00**
- O valor empenhado foi de **R\$ 1.308.689,93**. (89,03% da dotação atualizada)
- O valor liquidado foi de **R\$ 1.266.866,53**.
- O valor efetivamente pago foi de **R\$ 1.266.866,53**.
- O saldo remanescente é de **R\$ 161.310,07**.

Este detalhamento reforça a transparência e a responsabilidade fiscal na gestão das obrigações financeiras do município, alinhando as práticas de amortização da dívida com a estratégia orçamentária e financeira mais ampla.

❖ **RUSUMO/CONCLUSÃO**

- Com 91,67% do exercício financeiro apurado, já foram empenhados cerca de **96,33%** da dotação atualizada para despesas correntes e **87,79%** para despesas de capital. Isso indica um consumo mais rápido do orçamento em comparação com o período.

- Isso pode levantar preocupações sobre possíveis déficits ou a necessidade de ajustes orçamentários nos próximos meses para garantir que não haja excedentes.

- É crucial monitorar de perto as despesas nos próximos 1 mês, avaliar qualquer necessidade adicional e fazer ajustes conforme necessário para evitar desequilíbrios orçamentários.

Embora a situação pareça gerenciável, é fundamental uma gestão financeira cautelosa e estratégica nos próximos meses, especialmente considerando a velocidade com que as despesas estão sendo empenhadas em relação ao orçamento disponível. Será importante avaliar a possibilidade de cortes, reajustes ou outras ações financeiras para garantir a estabilidade financeira até o final do exercício.

Para concluir, foram efetuados créditos adicionais com o objetivo de suprir as necessidades orçamentárias que surgiram durante o período, sempre em conformidade com a legislação vigente. Essas ações, foram devidamente autorizadas por meio de decretos, e resultaram na dotação orçamentária atualizada até a presente data, garantindo assim a continuidade e a eficácia das operações da administração pública, foram abertos no exercício os seguintes **Créditos Adicionais Suplementares:**

- ✓ Por **Anulação de Dotação**, no valor de **R\$ 64.727.407,30**; (26,31% do montante fixado)
- ✓ Por **Superávit Financeiro**, no valor de **R\$ 20.264.000,00**; (80,39% do superávit apurado)
- ✓ Por **Excesso de arrecadação**, no valor de **R\$ 902.000,00**; (vide anexo do decreto)
- ✓ Por **Alteração de QDD**, no valor de **R\$ 7.340.460,00**; (não há impacto %)

Portanto acrescentou-se a importância de **R\$ 85.893.407,30**, de Créditos Adicionais Suplementares / Especiais e amortizou-se a importância de **R\$ 64.727.407,30**, que proporcionou um acréscimo na ordem de **R\$ 21.166.000,00**, referente a aproximadamente **8,60%** em relação ao orçamento inicial que era de **R\$ 246.000.000,00**, conforme decretos de Abertura de Créditos Adicionais, peça integrante da prestação de contas mensais do exercício de 2023 desta Prefeitura, cujo resumo apresentamos a seguir:

TIPO DE ALTERAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
Suplementares	Anulação de Dotação	R\$64.727.407,30
	Excesso de Arrecadação	R\$902.000,00
	Superávit Financeiro	R\$20.264.000,00
	Outros	R\$0,00
Especiais	Anulação de Dotação	R\$0,00
	Excesso de Arrecadação	R\$0,00
	Superávit Financeiro	R\$0,00
Extraordinários	Calamidade Pública	R\$0,00
	Comoção Intestina	R\$0,00
	Caso de Guerra	R\$0,00
Quadro Detalhamento de Despesa	Alteração	R\$7.340.460,00
Descentralização de Crédito	Nº da Lei Autorização	R\$0,00
Remanejamento de Dotação	Nº da Lei Autorização	R\$0,00
Transposição de Dotações	Nº da Lei Autorização	R\$0,00
Transferências de Dotação	Nº da Lei Autorização	R\$0,00
TOTAL GERAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		R\$93.233.867,30

Por tal razão, o orçamento global que originalmente montavam R\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de reais), somando-se o excesso dos créditos abertos, passou a ser R\$ 267.166.000,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, cento e sessenta e seis mil reais).

3.1.6 Balanço Financeiro

3.1.6.1 Da arrecadação

Até o presente estágio do exercício financeiro, que corresponde a 11/12 do ano, a arrecadação do município alcançou **R\$ 229.656.724,12**. Este valor representa aproximadamente **93,36%** da estimativa de receita total para o ano, que foi orçada em **R\$ 246.000.000,00**.

Com **91,67%** (11/12) do exercício transcorrido, a execução da receita supera a proporção temporal equivalente, indicando uma performance fiscal positiva em relação às projeções. Isso sugere uma arrecadação robusta e pode refletir uma gestão eficiente dos ingressos públicos, além de potencialmente indicar uma base fiscal mais forte do que o inicialmente previsto.

É importante continuar a análise discriminada das fontes de receita para compreender quaisquer variações significativas em relação ao esperado. Tal monitoramento é vital para assegurar que a arrecadação continue alinhada ou exceda as previsões até o final do exercício financeiro, fortalecendo a posição fiscal do município e possibilitando uma gestão orçamentária que possa se ajustar a mudanças ou imprevistos econômicos.

3.1.6.2 Dos Dispendios

Até este ponto do exercício financeiro, correspondendo a 11/12 do ano, a execução orçamentária do município alcançou o montante de **R\$ 253.601.809,95** em despesas empenhadas. Este valor corresponde a cerca de **94,92%** da Despesa Total Atualizada, que está fixada em **R\$ 267.166.000,00**.

Quando analisamos o contexto temporal de 11/12, esperar-se-ia que aproximadamente **91,67%** da despesa total atualizada já tivesse sido comprometida. O fato de estarmos em **94,92%** sugere um ritmo de gastos superior ao proporcionalmente previsto para este período. Esta tendência pode levar a um esgotamento prematuro dos recursos orçamentários, caso continue até o final do ano fiscal.

É fundamental uma avaliação criteriosa das categorias de gastos, em especial as de maior volume, tais como gastos com pessoal, saúde e educação. Tal análise ajudará a identificar causas para a aceleração dos gastos e a decidir se são necessárias medidas corretivas para assegurar a sustentabilidade fiscal. A gestão deve considerar tanto a contenção de despesas quanto possíveis revisões orçamentárias para manter as finanças alinhadas com as projeções e objetivos estabelecidos.

3.1.6.3 Disponibilidade de Caixa e Equivalentes de Caixa

Analisando o Balanço Financeiro fornecido para o mês em análise, observamos que a Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto apresenta uma Disponibilidade de Caixa e Equivalentes de Caixa significativa, porém com desafios na gestão de suas obrigações financeiras.

O saldo em caixa no final do período era de R\$ 35.294.384,96. Este valor, embora represente uma posição financeira robusta em termos de liquidez imediata, deve ser analisado em conjunto com as obrigações pendentes do município.

As despesas empenhadas e ainda não liquidadas somam R\$ 23.716.980,07, enquanto as despesas liquidadas e não pagas alcançam R\$ 5.419.597,39. O total de restos a pagar do exercício, que inclui essas duas categorias, chega a R\$ 29.136.577,46.

Com base nesses números, pode-se inferir que, apesar de um saldo de caixa considerável, há um desafio iminente no gerenciamento do fluxo de caixa, considerando as obrigações pendentes. A gestão financeira deve se concentrar em estratégias para assegurar a liquidez necessária e o equilíbrio fiscal, levando em conta o déficit proforma e a necessidade de controle de despesas e otimização de receitas.

3.1.7 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial do exercício atual apresenta um Ativo Circulante de **R\$ 36.346.343,10** e um Ativo Não Circulante de **R\$ 118.302.444,79**, totalizando um Ativo de **R\$ 154.648.787,89**.

Por outro lado, o Passivo Circulante é de **R\$ 8.993.319,54**, e o Passivo Não Circulante é de **R\$ 18.285.629,91**, levando a um Passivo total de **R\$ 27.278.949,45**. O Patrimônio Líquido apresentado é de **R\$ 127.369.838,44**, o que, somado ao Passivo, equivale ao total do Ativo, mantendo a equação patrimonial equilibrada.

❖ Análise:

Liquidez Corrente: É a capacidade que a entidade tem de pagar suas dívidas de curto prazo. Ela é calculada dividindo-se o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{R\$ } 36.346.343,10 / \text{R\$ } 8.993.319,54 = 4,04$$

Com uma liquidez corrente de 4,04, o município possui R\$ 4,04 em ativos líquidos para cada real de dívida de curto prazo.

Solvência Geral: Mede a capacidade de a entidade cumprir com todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo.

$$\text{Solvência Geral} = \text{Total do Ativo} / \text{Total do Passivo}$$

$$\text{Solvência Geral} = \text{R\$ } 154.648.787,89 / \text{R\$ } 27.278.949,45 = 5,67$$

Uma solvência geral de 5,67 indica que a entidade possui R\$ 5,67 em ativos para cada real de dívida, considerando todas as dívidas (de curto e longo prazo).

Estrutura de Capital: O Patrimônio Líquido representa aproximadamente **82,36%** do Total do Ativo (R\$ 127.369.838,44 / R\$ 154.648.787,89). Isto indica uma estrutura de capital majoritariamente financiada por recursos do tesouro e menor dependência de financiamentos externos.

Conclusão: O município exibe uma sólida saúde financeira, com índices de liquidez e solvência que indicam uma forte capacidade de atender a suas obrigações tanto no curto quanto no longo prazo. A predominância do

Patrimônio Líquido na estrutura de capital denota uma gestão prudente e autossustentável dos recursos públicos. É importante que a administração continue a gerir ativos e passivos de forma eficaz para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

3.1.8 Das Receitas e Despesas Liquidadas por Fonte de Recursos

No decorrer do mês de referência, o Executivo Municipal arrecadou recursos, tendo sido identificadas despesas executadas conforme o detalhamento abaixo, incluídos os gastos realizados pelo Legislativo Municipal, conforme demonstrado a seguir:

Código	Descrição da Fonte de Recursos	RECEITA			DESPESA LIQUIDADADA		
		Previsto	Arrecadado no	Arrecadado até	Fixado	No Mês	Até o Mês
15000000	RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE	191.248.000,00	14.804.325,38	189.487.381,34	128.563.000,00	10.285.841,97	113.616.331,32
15001001	RECEITAS E TRANSF. DE IMPOSTOS - MDE (CO	0,00	0,00	0,00	40.410.000,00	4.114.442,13	37.940.693,79
15001002	RECEITAS E TRANSF. DE IMPOSTOS - SAÚDE (CO	0,00	0,00	0,00	51.524.000,00	3.964.176,78	42.895.908,20
15010000	RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINCULADOS	725.000,00	95.077,04	2.548.204,31	0,00	0,00	0,00
15020000	Recursos não vinculados da compensação de		992.105,99	992.105,99	0,00	0,00	0,00
15400000	TRANSF. DO FUNDEB	21.600.000,00	1.799.568,96	17.759.045,13	11.000,00	0,00	0,00
15401070	TRANSF. DO FUNDEB (CO 1070)	0,00	0,00	0,00	21.480.000,00	2.074.499,26	19.226.264,36
15410000	FUNDEB - VAAF	8.200.000,00	499.599,14	5.568.869,78	0,00	0,00	0,00
15411070	FUNDEB - VAAF (CO 1070)	0,00	0,00	0,00	7.074.000,00	0,00	4.502.674,86
15420000	FUNDEB - VAAT	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15421070	FUNDEB - VAAT (CO 1070)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15430000	FUNDEB - VAAR	100.000,00	50.497,37	485.117,84	0,00	0,00	0,00
15500000	SALARIO EDUCACAO	621.000,00	71.469,16	772.827,72	1.620.000,00	22.068,40	22.068,40
15510000	FNDE - PDDE	31.000,00	82,31	26.159,41	24.000,00	8.850,00	23.240,75
15520000	FNDE - PNAE	403.000,00	53.024,36	523.834,93	502.000,00	0,00	496.826,76
15530000	FNDE - PNATE	205.000,00	10.206,21	120.024,99	144.000,00	45.006,42	136.958,95
15690000	FNDE - Outras Transf.	151.000,00	376.333,08	657.574,66	70.000,00	0,00	65.703,01
15700000	CONV. UNIAO-EDUCACAO	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15710000	CONV. ESTADO-EDUCACAO	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15760000	PROG. EDUCACAO - ESTADO	310.000,00	2.139,56	24.742,96	400,00	0,00	0,00
16000000	SUS	3.587.000,00	513.647,00	4.233.724,17	5.447.000,00	352.721,30	3.856.863,14
16010000	SUS/INVESTIMENTO	301.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16040000	SUS/VENCIMENTOS ACS/ACE	1.553.000,00	142.560,00	1.549.968,00	1.548.000,00	0,00	1.245.905,62
16050000	SUS/COMPLEMENTAÇÃO PISO ENFERMAGEM	0,00	118.495,42	689.273,19	672.000,00	446.652,36	446.652,36
16210000	SUS / SESAB	2.171.000,00	45.449,70	260.243,17	28.000,00	0,00	16.453,97
16310000	CONV. UNIAO-SAUDE	660.000,00	15.830,37	184.896,48	458.000,00	25.742,55	350.857,41
16320000	CONV. ESTADO-SAUDE	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16600000	FNAS	692.000,00	14.893,92	516.032,49	513.000,00	45.109,76	355.971,06
16610000	FEAS - Fundo Estadual de Assist. Social	95.000,00	24.052,49	47.089,71	54.600,00	23.751,27	32.095,20
17000000	Outras Transf. de Conv. Repasse da Uniao	3.133.000,00	6.295,44	350.438,17	1.285.000,00	290.165,19	402.404,02
17010000	Outras Transf. de Conv. Repasse dos Estados	290.000,00	1,36	151.062,03	150.000,00	0,00	125.515,33
17040000	Comp. Fin. pela Explor. de Rec. Naturais - União	740.000,00	81.696,16	799.004,09	696.000,00	769,59	663.338,27
17070000	Recurso Vinculado LC 173/2020	1.000,00	562,02	6.855,89	0,00	0,00	0,00
17080000	Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFM	25.000,00	545,51	9.527,16	1.000,00	0,15	31,92
17150000	LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	1.347,58	190.929,16	0,00	0,00	0,00
17160000	LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	545,89	77.342,81	0,00	0,00	0,00
17190000	Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17490000	Outras vinculações de transferências	41.000,00	267,52	3.263,09	0,00	0,00	0,00
17500000	CIDE	58.000,00	987,25	16.008,82	1.000,00	0,00	43,52
17510000	CIP/COSIP	701.000,00	18.799,00	177.568,28	110.000,00	0,00	106.900,50
17530000	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES. PRECO PUBLICO	1.195.000,00	24.525,19	1.375.942,72	10.000,00	0,00	220,80
17540000	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	5.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17550000	ALIENACAO DE BENS - ADM DIRETA	101.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25000000	RECURSOS ORDINARIOS - NÃO VINC. DE	0,00	13.146,42	22.060,55	955.000,00	375.611,83	630.301,24
25530000	FNDE - PNATE	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	127.003,49
25760000	PROG. EDUCACAO - ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26000000	SUS	0,00	0,00	0,00	183.000,00	0,00	182.842,52
26600000	FNAS	0,00	0,00	0,00	262.000,00	0,00	261.900,00
27000000	Outras Transf. de Conv. Repasse da Uniao	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	179.186,49
27040000	Comp. Fin. pela Explor. de Rec. Naturais - União	0,00	0,00	29.605,08	2.500.000,00	0,00	1.973.672,62
TOTAL GERAL		246.000.000,00	19.778.076,80	229.656.724,12	267.166.000,00	22.075.408,96	229.884.829,88

3.1.9 Recomendações

Recomendações e pontos sensíveis identificados por esta Controladoria Geral sobre a Execução Orçamentária e Financeira:

- 1. Receita Orçamentária Superior às Previsões:** Com uma arrecadação que superou as expectativas, é recomendável continuar a monitorar e analisar as fontes de receita para manter ou até melhorar a performance atual. Atenção especial deve ser dada às categorias de receita que estão abaixo do esperado,

como a Receita de Serviços e Transferências de Capital, para entender as causas das discrepâncias e ajustar as estratégias conforme necessário.

2. **Despesas Correntes e de Capital:** Observando o aumento significativo nas Despesas Correntes e a redução nas Despesas de Capital, é aconselhável revisar o planejamento orçamentário para assegurar um equilíbrio entre o custeio e os investimentos. É essencial analisar as causas dessas variações para garantir que os recursos estejam sendo alocados de maneira eficiente e alinhada com as prioridades estratégicas do município.
3. **Gestão de Fluxo de Caixa:** Considerando a existência de Disponibilidade de Caixa para cobrir as despesas empenhadas e não liquidadas, a gestão do fluxo de caixa pode ser otimizada com foco em maximizar a eficiência financeira. Recomenda-se um planejamento estratégico que envolva a análise detalhada das receitas e despesas, visando assegurar um equilíbrio orçamentário sustentável. A gestão deve priorizar a otimização das receitas, a revisão criteriosa das despesas e a busca por oportunidades de economia, garantindo que a disponibilidade de caixa seja utilizada de maneira eficiente e responsável.
4. **Monitoramento em Tempo Real:** Para maior controle, recomenda-se a utilização do SIAFIC no monitoramento em tempo real das receitas e despesas, o qual deverá ser acessível por todas as unidades orçamentárias relevantes.
5. **Capacitação de Pessoal:** Dada a complexidade da gestão orçamentária e financeira, recomenda-se a realização de treinamentos periódicos para atualizar a equipe responsável sobre melhores práticas e novas legislações.
6. **Gestão de Riscos:** Recomenda-se a criação de um comitê de gestão de riscos para identificar, avaliar e mitigar riscos financeiros e orçamentários de forma proativa.
7. **Monitoramento dos Créditos Adicionais:** Com a implementação de créditos adicionais significativos, é importante garantir que tais recursos estejam sendo utilizados de forma eficiente e para finalidades essenciais. Recomenda-se uma avaliação contínua dos impactos desses créditos no orçamento, bem como a transparência na comunicação dessas alterações orçamentárias.
8. **Responsabilidade Fiscal e Transparência:** A manutenção da responsabilidade fiscal e a transparência na gestão das finanças públicas devem ser prioridades. Isso inclui a divulgação clara de todas as operações financeiras, alterações orçamentárias e o uso dos créditos adicionais.
9. **Preparação para o Encerramento do Exercício Financeiro:** Considerando que restam apenas 1 mes para o final do exercício fiscal, recomenda-se uma revisão detalhada das projeções orçamentárias e um planejamento cuidadoso para garantir que todas as obrigações sejam cumpridas sem exceder o orçamento.
10. **Preparação para o Próximo Exercício Fiscal:** Com base nos aprendizados e desafios do exercício corrente, é recomendável iniciar o planejamento para o próximo exercício fiscal, considerando as tendências atuais e as possíveis necessidades futuras. A revisão das estratégias de arrecadação e alocação de recursos deve ser uma parte importante desse planejamento.

Estas recomendações visam garantir uma gestão orçamentária eficiente e responsável, alinhada às necessidades do município e aos princípios de governança fiscal

3.2 Sistema de Pessoal (Recursos Humanos)

Com o objetivo de analisar o enquadramento da Gestão de Pessoal praticada por este executivo municipal de acordo ao que determina as legislações e resoluções que tratam da matéria, esta Controladoria Geral, tem

acompanhado o desenvolvimento das atividades intrínsecas ao sistema de pessoal, tendo apurado o que segue, no tocante à organização do setor e o desenvolvimento de suas atribuições institucionais, em relação ao mês em análise é possível afirmar que:

- ✓ Existe cadastro informatizado de pessoal com o quantitativo atualizado referente a servidores efetivos, à disposição, cedidos, comissionados e contratados temporariamente.
- ✓ Os prontuários dos servidores estão devidamente organizados por partas individuais, contendo registros atualizados sobre: admissão, remuneração, lotação, cargo ocupado, função exercida, dispensas, transferências, licenças, férias, adicionais e gratificações; assim como os processos de apuração de duplo vínculo e/ou jornadas incompatíveis.

3.2.1 Quadro Resumido de Recursos Humanos na competência

DESCRIÇÃO	SERVIDORES ATIVOS	ADMITIDOS	EXONERADOS/D ESLIGADOS	FÉRIAS	AFASTAMENTO/LI CENÇA (S)
EFETIVO	908	0	0	33	40
COMISSIONADO	264	2	2	12	5
AGENTE POLITICO	13	0	0	0	0
TEMPORARIOS	126	0	1	7	4
PENSIONISTAS*	1	0	0	0	0
OUTROS	5	0	0	0	0
TOTAL	1317	2	3	52	49

*Pensão por determinação judicial.

3.2.2 Admissões no Período

Mat.	Funcionário	Cargo	CPF	Admissão	Salário	
7512	AMANDA MAGALHAES SETUBAL COSTA	SECRETARIO(A) ESCOLAR	071 ██████ -06	21/11/2023	1.320,00	
7511	HELLEN BEATRIZ DA CONCEIÇÃO NUNES	SECRETARIO(A) EXECUTIVO(A)	078 ██████ -60	16/11/2023	1.320,00	
Total de Funcionários				2	Total de R\$	2.640,00

3.2.3 Desligamentos no Período

Mat.	Funcionário	Cargo	Secretaria	Data Desl.	Motivo
7148	HELENA CECILIA DOS ANJOS SERPA	AUXILIAR DE COORDENACAO 20 HORAS	SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	22/11/2023	Outros Motivos de Rescisão do Contrato de Trabalho
7501	MARIA DE FATIMA RANGEL DA SILVA	COORDENADOR PEDAGOGICO EPP	SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	22/11/2023	Outros Motivos de Rescisão do Contrato de Trabalho
7318	MARIANA AMARAL MOURA	ENFERMEIRO(A) (SELEÇÃO - 2 ANOS)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	30/11/2023	Outros Motivos de Rescisão do Contrato de Trabalho
Total: 3					

3.2.4 Recomendações

1. **Atualização e Manutenção do Cadastro de Pessoal:** Manter o cadastro informatizado de pessoal sempre atualizado, incluindo dados detalhados de servidores efetivos, comissionados, temporários, e outros, para garantir uma gestão eficiente da força de trabalho e atender às demandas institucionais.
2. **Organização dos Prontuários dos Servidores:** Assegurar que os prontuários dos servidores estejam organizados e atualizados com todas as informações relevantes, como admissão, remuneração, lotação, cargo, função, licenças, férias, entre outros, para facilitar o acesso a informações essenciais e garantir a conformidade com as normas de trabalho.

3. **Monitoramento e Gestão de Admissões e Desligamentos:** Acompanhar as admissões e desligamentos de servidores, bem como períodos de férias e licenças, para garantir que essas movimentações estejam alinhadas com as políticas de recursos humanos e com as necessidades operacionais da entidade.
4. **Conformidade com Legislações e Resoluções:** Manter a gestão de pessoal em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, realizando auditorias e revisões periódicas para evitar irregularidades e garantir a integridade dos processos.
5. **Transparência e Responsabilidade na Gestão de RH:** Fomentar a transparência e responsabilidade na gestão de recursos humanos, assegurando que todos os processos de RH sejam conduzidos de maneira ética e de acordo com as normas estabelecidas, fortalecendo a confiança na administração pública.

Estas recomendações são fundamentais para assegurar uma gestão eficaz de recursos humanos, alinhada com os objetivos e necessidades da administração municipal, e para manter a conformidade com as diretrizes legais e éticas.

3.3 Bens Patrimoniais

3.3.1 Bens Incorporados ao Sistema Patrimonial

No mês em análise, foram incorporados ao sistema patrimonial do município no valor total de **R\$ 4.646.133,30**. Conforme tabela de distribuição abaixo:

CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.000 - OUTROS BENS MÓVEIS	2090 SEC. MUN. DA AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM	GAUCHA COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	14/11/2023	1.238,79
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.000 - OUTROS BENS MÓVEIS	2060 SEC. MUN. DA SAUDE	QUICKBUM E-COMMERCE LTDA	14/11/2023	12.972,00
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.000 - OUTROS BENS MÓVEIS	2090 SEC. MUN. DA AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM	GAUCHA COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA	20/11/2023	2.593,45
QUANTIDADE DE REGISTROS: 3			SUB TOTAL INCORPORADO: 16.804,24	
CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.2.1.01.08.00.00.00.000 - IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	2050 SEC. MUN. DA EDUCACAO	ARAUIO GALVAO SERVICOS E CONSTRUOES LTDA	28/11/2023	134.799,64
1.2.3.2.1.01.08.00.00.00.000 - IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	2050 SEC. MUN. DA EDUCACAO	ARAUIO GALVAO SERVICOS E CONSTRUOES LTDA	28/11/2023	36.497,44
QUANTIDADE DE REGISTROS: 2			SUB TOTAL INCORPORADO: 171.297,08	
CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.2.1.01.15.00.00.00.000 - HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	2060 SEC. MUN. DA SAUDE	L P R CONSTRUOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	28/11/2023	25.742,55
QUANTIDADE DE REGISTROS: 1			SUB TOTAL INCORPORADO: 25.742,55	
CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000 - RUAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	DX CONSTRUTORA LTDA	01/11/2023	1.325.982,07
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000 - RUAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	ARAUIO GALVAO SERVICOS E CONSTRUOES LTDA	09/11/2023	145.210,66
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000 - RUAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	ARAUIO GALVAO SERVICOS E CONSTRUOES LTDA	09/11/2023	144.954,53
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000 - RUAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	ARAUIO GALVAO SERVICOS E CONSTRUOES LTDA	10/11/2023	375.611,83
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000 - RUAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	DX CONSTRUTORA LTDA	21/11/2023	1.718.626,94
QUANTIDADE DE REGISTROS: 5			SUB TOTAL INCORPORADO: 3.710.386,03	

CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.2.1.05.02.00.00.00.000 - PRAÇAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	L P R CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	09/11/2023	102.588,91
1.2.3.2.1.05.02.00.00.00.000 - PRAÇAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	L P R CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	24/11/2023	200.453,77
1.2.3.2.1.05.02.00.00.00.000 - PRAÇAS	2030 SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	L P R CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA	28/11/2023	349.272,64
QUANTIDADE DE REGISTROS: 3			SUB TOTAL INCORPORADO: 652.315,32	
CONTA CONTABIL	SECRETARIA	CREDOR	DATA	VALOR (R\$)
1.2.3.2.1.08.00.00.00.00.000 - BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2070 SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	ARAUJO GALVAO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA	21/11/2023	69.588,08
QUANTIDADE DE REGISTROS: 1			SUB TOTAL INCORPORADO: 69.588,08	
QUANTIDADE DE REGISTROS: 15			TOTALIZAÇÃO DO VALOR INCORPORADO: 4.646.133,30	

3.3.2 Bens Baixados do Sistema Patrimonial

Não houve nenhum bem baixado ao Patrimônio Municipal no mês em análise. Através deste relatório venho frisar que o município se encontra com diversos bens móveis patrimoniais deteriorados pelo tempo de uso ou por uso irregular dos servidores da entidade. Contudo, recomendo ao Gestor promover um levantamento dos bens móveis, com o objetivo de recuperar os recuperáveis e a da baixa dos bens irre Recuperáveis.

3.3.3 Consolidação dos Bens Patrimoniais

O ativo Imobilizado do Município apresenta um saldo anterior de **R\$ 100.782.562,62**, que representa os investimentos acumulados em bens duráveis ao longo do tempo. Durante o mês em análise, o município teve o total de débito na ordem de **R\$ 4.646.133,30**, referente às aquisições ou melhorias de bens. Houve registro de créditos na ordem de **R\$ 154.507,50** em meses anteriores proveniente de estorno de liquidação indevida, no mais como reflexo do item anterior indicando que não ocorreram baixas patrimoniais ou depreciações contabilizadas para o mês.

Número	Descrição	Saldo Anterior	DÉBITO		CRÉDITO		Saldo Atual
			No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	
1.2.3.0.0.00.00.00.00.00.000	IMOBILIZADO	100.782.562,62 D	4.646.133,30	21.874.922,40	0,00	154.507,50	105.428.695,92 D
1.2.3.1.0.00.00.00.00.00.000	BENS MOVEIS	25.483.544,50 D	16.804,24	1.481.241,82	0,00	0,00	25.500.348,74 D
1.2.3.1.1.00.00.00.00.00.000	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	25.483.544,50 D	16.804,24	1.481.241,82	0,00	0,00	25.500.348,74 D
1.2.3.1.1.01.00.00.00.00.000	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.119.787,57 D	0,00	308.334,24	0,00	0,00	1.119.787,57 D
1.2.3.1.1.01.03.00.00.00.000	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOL	413.084,38 D	0,00	0,00	0,00	0,00	413.084,38 D
1.2.3.1.1.01.07.00.00.00.000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	6.950,68 D	0,00	0,00	0,00	0,00	6.950,68 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.00.000	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	20.908,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	20.908,00 D
1.2.3.1.1.01.99.00.00.00.000	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAM	678.844,51 D	0,00	308.334,24	0,00	0,00	678.844,51 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.000	BENS DE INFORMÁTICA	1.666.572,94 D	0,00	23.786,75	0,00	0,00	1.666.572,94 D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.00.000	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.614.671,48 D	0,00	23.786,75	0,00	0,00	1.614.671,48 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.00.000	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51.901,46 D	0,00	0,00	0,00	0,00	51.901,46 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.000	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	698.974,11 D	0,00	96.529,34	0,00	0,00	698.974,11 D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.00.000	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	25.400,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	25.400,00 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.00.000	MOBILIÁRIO EM GERAL	673.574,11 D	0,00	96.529,34	0,00	0,00	673.574,11 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.000	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	155.451,55 D	0,00	900,00	0,00	0,00	155.451,55 D
1.2.3.1.1.04.04.00.00.00.000	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	900,00 D	0,00	900,00	0,00	0,00	900,00 D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.00.000	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	100.369,20 D	0,00	0,00	0,00	0,00	100.369,20 D
1.2.3.1.1.04.99.00.00.00.000	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNIC	54.182,35 D	0,00	0,00	0,00	0,00	54.182,35 D
1.2.3.1.1.05.00.00.00.00.000	VEÍCULOS	7.199.542,92 D	0,00	841.700,00	0,00	0,00	7.199.542,92 D
1.2.3.1.1.05.01.00.00.00.000	VEÍCULOS EM GERAL	5.860.146,00 D	0,00	841.700,00	0,00	0,00	5.860.146,00 D
1.2.3.1.1.05.03.00.00.00.000	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	1.339.396,92 D	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.396,92 D
1.2.3.1.1.10.00.00.00.00.000	SEMOVENTES	5.030,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	5.030,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.00.000	DEMAIS BENS MÓVEIS	14.638.185,41 D	16.804,24	209.991,49	0,00	0,00	14.654.989,65 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.000	OUTROS BENS MÓVEIS	14.638.185,41 D	16.804,24	209.991,49	0,00	0,00	14.654.989,65 D
1.2.3.2.0.00.00.00.00.00.000	BENS IMÓVEIS	80.301.347,19 D	4.629.329,06	20.393.680,58	0,00	154.507,50	84.930.676,25 D
1.2.3.2.1.00.00.00.00.00.000	BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	80.301.347,19 D	4.629.329,06	20.393.680,58	0,00	154.507,50	84.930.676,25 D
1.2.3.2.1.01.00.00.00.00.000	BENS DE USO ESPECIAL	8.175.072,37 D	197.039,63	1.860.919,50	0,00	0,00	8.372.112,00 D
1.2.3.2.1.01.03.00.00.00.000	EDIFÍCIOS	693.885,20 D	0,00	0,00	0,00	0,00	693.885,20 D
1.2.3.2.1.01.04.00.00.00.000	TERRENOS/GLEBAS	549.753,05 D	0,00	409.753,05	0,00	0,00	549.753,05 D
1.2.3.2.1.01.08.00.00.00.000	IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	1.937.940,33 D	171.297,08	921.122,55	0,00	0,00	2.109.237,41 D
1.2.3.2.1.01.11.00.00.00.000	IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	4.308.887,04 D	0,00	179.186,49	0,00	0,00	4.308.887,04 D
1.2.3.2.1.01.15.00.00.00.000	HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	684.606,75 D	25.742,55	350.857,41	0,00	0,00	710.349,30 D
1.2.3.2.1.04.00.00.00.00.000	BENS DOMINICAIS	180.000,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00 D
1.2.3.2.1.04.07.00.00.00.000	GARAGENS E ESTACIONAMENTOS	180.000,00 D	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00 D
1.2.3.2.1.05.00.00.00.00.000	BENS DE USO COMUM DO POVO	40.026.014,82 D	4.362.701,35	16.667.786,64	0,00	0,00	44.388.716,17 D
1.2.3.2.1.05.01.00.00.00.000	RUA	16.592.285,94 D	3.710.386,03	15.843.897,09	0,00	0,00	20.302.671,97 D
1.2.3.2.1.05.02.00.00.00.000	PRAÇAS	91.294,23 D	652.315,32	743.609,55	0,00	0,00	743.609,55 D
1.2.3.2.1.05.04.00.00.00.000	PONTES	1.186.924,72 D	0,00	0,00	0,00	0,00	1.186.924,72 D
1.2.3.2.1.05.06.00.00.00.000	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	102.880,00 D	0,00	80.280,00	0,00	0,00	102.880,00 D
1.2.3.2.1.05.99.00.00.00.000	OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO	22.052.629,93 D	0,00	0,00	0,00	0,00	22.052.629,93 D
1.2.3.2.1.06.00.00.00.00.000	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	0,00 C	0,00	154.507,50	0,00	154.507,50	0,00 C
1.2.3.2.1.06.01.00.00.00.000	OBRAS EM ANDAMENTO	0,00 C	0,00	154.507,50	0,00	154.507,50	0,00 C

1.2.3.2.1.07.00.00.00.00.00	INSTALAÇÕES	430.455,33 D	0,00	430.455,33	0,00	0,00	430.455,33 D
1.2.3.2.1.08.00.00.00.00.00	BENEFICÍCIOS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	1.691.707,36 D	69.588,08	1.221.090,38	0,00	0,00	1.761.295,44 D
1.2.3.2.1.99.00.00.00.00.00	DEMAIS BENS IMÓVEIS	29.798.097,31 D	0,00	58.921,23	0,00	0,00	29.798.097,31 D
1.2.3.2.1.99.99.00.00.00.00	OUTROS BENS IMÓVEIS	29.798.097,31 D	0,00	58.921,23	0,00	0,00	29.798.097,31 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	5.002.329,07 C	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002.329,07 C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSO	5.002.329,07 C	0,00	0,00	0,00	0,00	5.002.329,07 C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	3.534.833,46 C	0,00	0,00	0,00	0,00	3.534.833,46 C
1.2.3.8.1.01.05.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	1.424.925,74 C	0,00	0,00	0,00	0,00	1.424.925,74 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	2.109.907,72 C	0,00	0,00	0,00	0,00	2.109.907,72 C
1.2.3.8.1.02.00.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	1.467.495,61 C	0,00	0,00	0,00	0,00	1.467.495,61 C
1.2.3.8.1.02.99.00.00.00.00	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.467.495,61 C	0,00	0,00	0,00	0,00	1.467.495,61 C
Total de Registros: 53		Total:	100.782.562,62 D	4.646.133,30	21.874.922,40	0,00	154.507,50 105.428.695,92 D

Ao avaliar as categorias específicas do Imobilizado, podemos destacar:

Bens Móveis: No início do período, o saldo registrado para esta categoria era de **R\$ 25.483.544,50**. Durante o mês, houve um acréscimo de R\$ 16.804,24, levando o saldo total ao valor de **R\$ 25.500.348,74** no final do período. Esta movimentação sugere que houve novas aquisições nessa categoria.

Bens Imóveis: O saldo anterior registrado para esta categoria foi de **R\$ 80.301.347,19**. Durante o período, houve um acréscimo de **R\$ 4.629.329,06**, elevando o total para **R\$ 84.930.676,25** ao final do mês. Essa movimentação reflete novos investimentos realizados na categoria de Bens Imóveis.

Depreciação: O saldo inicial da categoria era de **R\$ 5.002.329,07**. Durante o período analisado, não houve débitos mensais, mantendo-se constante o valor. Portanto, ao final do período, o saldo permaneceu inalterado em **R\$ 5.002.329,07**, evidenciando a ausência de movimentações mensais nessa categoria.

3.3.4 Recomendações do Controle Interno

- Levantamento e Gestão de Bens Móveis Patrimoniais:** Realizar levantamento minucioso dos bens móveis patrimoniais, com o objetivo de identificar os itens que podem ser recuperados e os que devem ser baixados por serem irre recuperáveis, devido ao desgaste pelo tempo de uso ou uso irregular.
- Monitoramento de Aquisições e Investimentos:** Manter o controle rigoroso das novas aquisições em bens móveis e imóveis, assegurando que os investimentos sejam realizados de forma estratégica e alinhada com as necessidades e prioridades do município.
- Revisão de Procedimentos Contábeis Relacionados à Depreciação:** Revisar e atualizar os procedimentos contábeis relacionados à depreciação dos bens patrimoniais, garantindo que sejam precisos e reflitam adequadamente o valor e o estado atual dos bens.
- Conformidade e Precisão nos Registros Patrimoniais:** Assegurar a conformidade, precisão e transparência nos registros contábeis dos bens patrimoniais, incluindo tanto aquisições quanto depreciações, para uma representação fidedigna do patrimônio do município.
- Avaliação e Gestão dos Bens Imóveis:** Realizar uma avaliação periódica dos bens imóveis, monitorando os acréscimos e investimentos realizados, para garantir que o patrimônio imobiliário seja gerido de maneira eficiente e contribua para o desenvolvimento e as necessidades da comunidade.

Estas recomendações visam fortalecer a gestão dos bens patrimoniais, assegurando que sejam utilizados e mantidos de forma eficaz para atender às demandas e objetivos da administração pública.

3.4 Bens em Almoxarifado

O controle eficaz dos bens em almoxarifado é crucial para a eficiência operacional e financeira do município. Este item do relatório objetiva apresentar uma visão geral da gestão dos bens armazenados, bem como avaliar a aderência às normas regulamentares e políticas internas. O foco será em assegurar que os bens sejam adequadamente catalogados, armazenados e utilizados, minimizando riscos de desperdícios e perdas e maximizando a eficácia da gestão pública.

O Almoxarifado Central físico do município já se encontra estabelecido e é fundamental para a eficiência operacional e financeira. Entretanto, o controle informatizado dos estoques ainda está em processo de adequação. É essencial que a gestão dos bens armazenados esteja em conformidade com as normas regulamentares e políticas internas, garantindo sua correta catalogação, armazenamento e utilização.

3.4.1 Recomendações do Controle Interno

Com base nas informações apuradas sobre o item 3.4 "Bens em Almoxarifado", as recomendações emitidas por esta unidade de Controle Interno são as seguintes:

1. **Aprimoramento do Sistema Informatizado de Controle de Estoque:** Priorizar a conclusão e adequação do sistema informatizado para o controle de estoques do almoxarifado central. Um sistema eficaz é essencial para a gestão precisa dos bens armazenados, permitindo o monitoramento em tempo real dos itens, suas quantidades e movimentações.
2. **Conformidade com Normas Regulamentares e Políticas Internas:** Garantir que a gestão dos bens armazenados esteja estritamente em conformidade com as normas regulamentares e políticas internas. Isso inclui a correta catalogação, armazenamento e utilização dos bens, assegurando que os processos estejam alinhados com as melhores práticas de governança.
3. **Capacitação e Treinamento da Equipe de Almoxarifado:** Investir na capacitação e no treinamento contínuo da equipe responsável pelo almoxarifado. O treinamento deve abranger as melhores práticas de gestão de estoque, uso de sistemas informatizados e conformidade com as normas regulamentares.
4. **Monitoramento Regular e Auditoria de Estoques:** Implementar sistemas de monitoramento regular e auditorias periódicas dos estoques para identificar e corrigir quaisquer discrepâncias, prevenir perdas e desperdícios e garantir a utilização eficiente dos recursos.
5. **Desenvolvimento de Políticas de Gestão de Estoque:** Desenvolver e implementar políticas claras de gestão de estoque, incluindo procedimentos para recebimento, armazenamento, distribuição e baixa de itens do almoxarifado. Essas políticas devem visar à otimização do uso dos recursos e à redução de ineficiências operacionais.

Estas recomendações visam fortalecer o controle e a eficiência operacional e financeira dos bens em almoxarifado, contribuindo para uma gestão pública mais eficaz e responsável.

3.5 Veículos e Combustíveis

Esta seção do relatório foca na gestão e controle dos veículos e combustíveis utilizados pelas diversas entidades e órgãos do governo municipal. Destacamos a importância do gerenciamento eficiente e responsável desses recursos, que são vitais para as operações diárias e serviços públicos. A estrutura atual do relatório visa proporcionar uma visão abrangente da gestão dos veículos e do consumo de combustíveis, enfatizando a necessidade de aderir a normas regulamentares, otimizar o uso dos recursos e garantir práticas sustentáveis e econômicas na administração pública municipal.

3.5.1 Veículos

3.5.1.1 *Total de veículos na frota municipal: 94 Veículos*

- Automóveis: 17
- Caminhões: 12
- Caminhonetes: 9
- Especiais/Viaturas: 11
- Máquinas Pesadas: 7
- Microônibus/VAN: 1
- Motocicletas: 11
- Ônibus: 20
- Trator: 05
- Utilitário: 01

3.5.1.2 *Utilização por Secretária*

- AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM: 09
- EDUCAÇÃO: 26
- SAÚDE: 20
- ADM. PLANEJ E FINANÇAS: 02
- GABINETE DO PREFEITO: 01
- ASSISTENCIA SOCIAL: 11
- INFRAESTRUTURA, SERV PUB E SANEAMENTO: 12
- TRANSPORTES: 09

- MEIO AMBIENTE E DOS REC. HIDRICOS: 04

3.5.2 Consumo de Combustível (Novembro/2023)

3.5.2.1 Volume Total de Combustível Adquiridos

1. Álcool – 723,176L
2. Gasolina – 5251,356L
3. Diesel – 3569,368L
4. Diesel S10 – 30853,01L

3.5.2.2 Custos Envolvidos

5. Álcool – R\$ 3.445,03
6. Gasolina – R\$ 37.615,14
7. Diesel – R\$ 24.193,75
8. Diesel S10 – R\$ 209.472,40

3.5.3 Processos de Pagamentos

Relação de PAGAMENTOS

Data Pagamento	Empenho Despesa	Reduzido	Classificação	Credor	CNPJ / CPF	Tipo Empenho	Data Empenho	Data Liquidação	Nº Processo	Valor Bruto	Valor Retido	Valor Líquido
Unidade Orçamentária: 0201000 - GABINETE DO PREFEITO												
16/11/2023	2301020011	2002.30.15000000	0201000 2.002 3.3.90.30.00	15000000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160044	3.881,51	0,00	3.881,51
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO GABINETE DO PREFEITO DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										3.881,51	0,00	3.881,51
Unidade Orçamentária: 0202000 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS												
16/11/2023	2301020055	2006.30.15000000	0202000 2.011 3.3.90.30.00	15000000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160045	4.583,97	0,00	4.583,97
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇOS DA SECRETARIA MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										4.583,97	0,00	4.583,97
Unidade Orçamentária: 0203000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO												
16/11/2023	2301020113	2011.30.15000000	0203000 2.011 3.3.90.30.00	15000000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160046	105.013,17	0,00	105.013,17
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E SANEAMENTO DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										105.013,17	0,00	105.013,17
Unidade Orçamentária: 0204000 - SEC. MUN. DE TRANSPORTES												
16/11/2023	2301020128	2018.30.15000000	0204000 2.018 3.3.90.30.00	15000000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160047	24.406,09	0,00	24.406,09
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SEC. MUN. DE TRANSPORTES DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										24.406,09	0,00	24.406,09
Unidade Orçamentária: 0205002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO												
16/11/2023	2301020052	2023.30.15001001	0205002 2.023 3.3.90.30.00	15001001 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160004	12.361,70	0,00	12.361,70
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO - MDE 25% DESTA, DURANTE AO MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
16/11/2023	2301020053	2029.30.15530000	0205002 2.029 3.3.90.30.00	15530000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160007	45.006,42	0,00	45.006,42
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR A SERVIÇO DA SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 2										57.368,12	0,00	57.368,12
Unidade Orçamentária: 0206001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE												
16/11/2023	2301020022	2034.30.15001002	0206001 2.034 3.3.90.30.00	15001002 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160084	64.231,33	0,00	64.231,33
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SECRETARIA MUN. DA SAUDE DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										64.231,33	0,00	64.231,33
Unidade Orçamentária: 0207001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL												
16/11/2023	2301030067	2050.30.15000000	0207001 2.050 3.3.90.30.00	15000000 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	03/01/2023	13/11/2023	202311160006	18.583,17	0,00	18.583,17
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SECRETARIA MUN. DA ASSISTENCIA SOCIAL DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.											Vi de Pessoal:	0,00
Total de Registros: 1										18.583,17	0,00	18.583,17

Unidade Orçamentária: 0208000 - SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. HIDRICOS															
16/11/2023	2301020142	2061.30.15000000	0208000	2.061	3.3.90.30.00	15000000	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160048	7.838,85	0,00	7.838,85
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. HIDRICOS DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.															
Total de Registros: 1															
7.838,85 0,00 7.838,85															
Unidade Orçamentária: 0209000 - SEC. MUN. DA AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM															
16/11/2023	2301020156	2064.30.15000000	0209000	2.064	3.3.90.30.00	15000000	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05.340.639/0001-30	Estimativo	02/01/2023	13/11/2023	202311160049	13.740,66	0,00	13.740,66
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA P/ ATENDER DESPESA COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO ELETRÔNICO OU MAGNÉTICO, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS A SERVIÇO DA SEC. MUN. DA AGRICULTURA COMBATE A SECA E A ESTIAGEM DESTA, DURANTE O MES DE OUTUBRO DE 2023.															
Total de Registros: 1															
13.740,66 0,00 13.740,66															
Sub-Total de Registros: 10															
Sub-Total: 299.646,87 0,00 299.646,87															
Vi de Pessoal: 0,00															

3.5.4 Recomendações

Com base nas informações analisadas no item **3.5 Veículos e Combustíveis**, as recomendações emitidas por esta unidade de Controle Interno são as seguintes:

- 1. Implementação Rigorosa da Instrução Normativa 03/2017:** As unidades administrativas devem observar e implementar rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa 03/2017. Esta instrução normativa abrange normas e procedimentos essenciais para o controle, manutenção e uso eficiente dos veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota da Prefeitura Municipal.
- 2. Otimização do Consumo de Combustível:** Monitorar e gerenciar o consumo de combustíveis (álcool, gasolina, diesel e diesel S10) para identificar oportunidades de redução de custos e promover a utilização eficiente de recursos.
- 3. Gestão Eficiente da Frota de Veículos:** Administrar a frota de 94 veículos, incluindo automóveis, caminhões, caminhonetes, viaturas, máquinas pesadas, microônibus, motocicletas, ônibus, tratores e utilitários, de maneira eficiente e estratégica, visando maximizar a utilização e minimizar os custos de manutenção.
- 4. Monitoramento da Utilização dos Veículos por Secretaria:** Acompanhar e avaliar a utilização dos veículos por cada secretaria, para assegurar que os veículos estejam sendo utilizados de forma adequada e eficiente, conforme as necessidades de cada área.
- 5. Manutenção Regular e Preventiva da Frota:** Assegurar a realização de manutenções regulares e preventivas em todos os veículos, para manter a frota em condições operacionais ideais, prolongar a vida útil dos veículos e evitar despesas desnecessárias com reparos.

3.6 Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes

As compras do executivo são processadas através de setor próprio e em consonância às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, obedecendo-se a motivação dos atos de despesas, verificação das disponibilidades orçamentárias, realização de estimativas de preços através de cotações, averiguações da regularidade fiscal dos fornecedores e despacho do Gestor em formulário próprio e posterior emissão de empenho, para, após o trâmite, receber os bens ou serviços legalmente contratados.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) é composta pelos servidores: Titulares: Manoel Marques da Silva Filho, Naiara Rocha de Oliveira Silva e Darlene Socorro Ribeiro de Souza, sendo presidida pelo primeiro e Suplentes: Geida Nara Nogueira de Oliveira e Rosiane Santos Moreira, através da Portaria nº 227/2021.

A Comissão Permanente de Pregão (CPP) é composta pelos servidores: Manoel Marques da Silva Filho (Pregoeiro); Naiara Rocha de Oliveira Silva, Darlene Socorro Ribeiro de Souza, Geida Nara Nogueira de Oliveira e Rosiane Santos Moreira (Apoio), através da Portaria nº 228/2021.

Os contratos celebrados pela administração no que tange à vigência, pagamento de parcelas, e saldos são acompanhados mediante planilha pelo Gestor de Contratos e, também pelo SACS – Setor de Análise de Compras e Serviços.

Destacamos que por intermédio de amostragem a CGM – Controladoria Geral do Município realiza auditoria na fase interna dos processos Licitatórios de maior vulto. Verificando regularidade da fase de planejamento das contratações, compreendidas na elaboração dos termos de referência e pesquisa de preços.

3.6.1 Licitações

Durante o mês em referência foram realizados procedimentos licitatórios, nos quantitativos abaixo demonstrados.

Competencia	Convite	Tomada de Preços	Leilão	Pregão	Dispensa	Credenciamento	Inexigibilidade	Concurso	Registro de Preço	Concorrência	Total
Novembro	-	2	-	1	2	-	4	-	-	-	9

Da análise dos processos licitatórios realizados, foram identificadas falhas de ordem formal que não comprometeram a lisura dos procedimentos instaurados.

Destaca-se, no mês em análise a realização de 3 (três) processos licitatórios sendo; **02 Tomada de Preços, 01 Pregão**; e a realização de 6 (seis) processos de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação, sendo; 2 (duas) **Dispensa de Licitação** e 4 (quatro) **Inexigibilidade de Licitação**, conforme especificado a seguir com seus referidos valores totalizados.

3.6.1.1 Processos Licitatórios

Em relação aos processos licitatórios homologados pelo Poder Executivo Municipal no mês de novembro de 2023, apresentamos o seguinte panorama:

Nº Licitação	Data da Homologação	Modalidade	Edital	Valor Estimado (a)
PE-014-2023	17/11/2023	Pregão eletrônico	PE-014-2023	2.648.538,66
TP-006-2023	20/11/2023	Tomada de preço para compras e serviços	TP-006-2023	321.965,00
TP-004-2023	28/11/2023	Tomada de preço para compras e serviços	TP-004-2023	300.686,51
Total de Registros: 3			Total:	3.271.190,17

Foram homologados 3 (três) processos licitatórios, distribuído na seguinte modalidade:

Resumo por Modalidade:

Pregão Eletrônico: 2.648.538,66

Tomada de Preço para compras e serviços: R\$ 622.651,51

Totalizando, os processos licitatórios homologados para o mês de novembro de 2023 representam um montante de **R\$ 3.271.190,17**.

Essa totalização por modalidade oferece uma visão clara dos esforços da administração em diversificar as formas de contratação, buscando sempre a eficiência e a melhor aplicação dos recursos públicos.

3.6.1.2 *Dispensas e Inexigibilidade de Licitações*

No mês de novembro de 2023, o Poder Executivo Municipal formalizou 02 (duas) dispensa de licitação e 04 (quatro) inexigibilidade de licitação, conforme detalhado a seguir:

Nº Disp/Inex	Data da Dispensa	Credor	Tipo	Artigo	Valor Previsto (a)	
IL-041-2023	07/11/2023	ANTONIA L SILVA SANTOS CONSULTORIA EIRELI	Inexigibilidade	Art. 25, Inciso II	7.500,00	
DL-043-2023	17/11/2023	CASA COSTA MOVEIS LTDA	Dispensa	Art. 24, Inciso II	11.992,00	
IL-042-2023	20/11/2023	CANDIDO RONDON RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR	Inexigibilidade	Art. 25, Inciso III	6.000,00	
DL-044-2023	23/11/2023	FAAHF - LAB CENTRO DE ANALISES LTDA	Dispensa	Art. 24, Inciso II	16.500,00	
IL-044-2023	23/11/2023	ECL CENTRO AUTOMOTIVO	Inexigibilidade	Art. 25, Inciso I	450,00	
IL-045-2023	27/11/2023	CRISTIANO F. MAGALHAES	Inexigibilidade	Art. 25, Inciso III	150.000,00	
Total de Registros: 6					Total:	192.442,00

Resumo Financeiro:

O montante global das dispensas e inexigibilidades de licitações em novembro de 2023 atingiu a quantia de **R\$ 192.442,00**.

Estas dispensas e inexigibilidades refletem as decisões administrativas do município, objetivando atender às necessidades específicas e urgentes de forma eficiente, sempre pautadas pela legalidade e transparência nos processos. Contudo, nossas recomendações partem sempre do princípio de que a melhor opção para a Administração é planejar e licitar.

3.6.2 **Contratos**

3.6.2.1 *Novos Contratos Assinados no Período*

No decorrer deste mês, esta Administração municipal assinou a quantia de 9 (nove) novos contratos, totalizando o valor de **R\$ 2.308.592,34**, o que deverá estar registrado em conformidade junto ao SIGA/TCM-BA.

Número	Nº Superior	Descrição	Documento	Assinatura	Execução	Término	Nº Licitação	Nº Dispensa	Valor
249-2023		MP3 BRASIL CONSTRUCOES & INFRAESTRUTURA LTDA	05.821.593/0001-70	21/11/2023	21/11/2023	21/12/2024	TP-006-2023		321.965,00
250-2023		GERMANO PNEUS LTDA	48.926.883/0001-91	21/11/2023	21/11/2023	21/11/2024	PE-014-2023		304.786,00
251-2023		UNIAO PECAS E SERVICOS LTDA-ME	09.544.865/0001-93	21/11/2023	21/11/2023	21/11/2024	PE-014-2023		59.284,50
252-2023		EVOK IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA	44.116.889/0001-42	21/11/2023	21/11/2023	21/11/2024	PE-014-2023		600.427,80
253-2023		J.M.A.M. COMERCIO E SERVICOS LTDA	46.611.603/0001-20	21/11/2023	21/11/2023	21/11/2024	PE-014-2023		461.250,00
255-2023		CANDIDO RONDON RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR	30.362.273/0001-47	21/11/2023	21/11/2023	21/02/2024		IL-042-2023	6.000,00
256-2023		CRISTIANO F. MAGALHAES	11.463.976/0001-17	27/11/2023	27/11/2023	27/02/2024		IL-045-2023	150.000,00
257-2023		MP3 BRASIL CONSTRUCOES & INFRAESTRUTURA LTDA	05.821.593/0001-70	28/11/2023	28/11/2023	28/01/2024	TP-004-2023		298.040,84
258-2023		SERVTRANS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	06.126.127/0001-38	29/11/2023	29/11/2023	29/11/2024	PP-033-2021		106.838,20
Total de Registros: 9							Total:		2.308.592,34

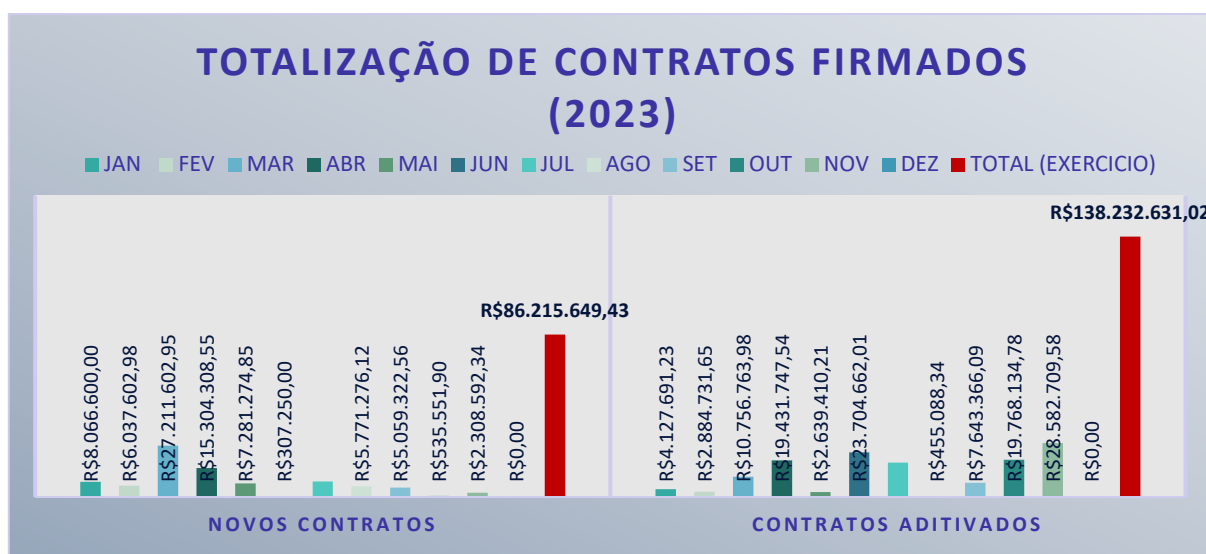
3.6.2.2 Aditivos Assinados no Período

No decorrer deste mês, esta Administração municipal realizou a quantia de 38 (trinta e oito) aditivos de contratos, totalizando o valor de **R\$ 28.582.709,58**, o que deverá estar registrado em conformidade junto ao SIGA/TCM-BA.

Número	Nº Superior	Descrição	Documento	Assinatura	Execução	Término	Nº Licitação	Nº Dispensa	Valor
002-2021-TER CEIR	002-2021	IRANISIA PEREIRA DE OLIVEIRA	157.279.555-72	17/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-002-2021	17.052,00
003-2021-TER CEIR	003-2021	MARIA DA CONCEICAO CASTRO E SILVA SOUZA	552.012.025-00	17/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-003-2021	21.600,00
008-2021-TER CEIR	008-2021	REGIS E ARAUJO LTDA ME	07.530.351/0001-53	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-008-2021	17.400,00
010-2020-QUARTO	010-2020	JOAO CEZAR SOBRINHO	551.970.195-49	17/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-010-2020	18.000,00
010-2020-QUARTO	010-2020	JOAO CEZAR SOBRINHO	551.970.195-49	17/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-010-2020	18.000,00
010-2021-TERC EIRO	010-2021	CONSULTA CONTABILIDADE E DIREITO MUNICIPAL LTDA	21.104.316/0001-01	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-001-2021	130.000,00
012-2021-TER CEIR	012-2021	IMPRESA NACIONAL	04.196.645/0001-00	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		INEX-003-2021	25.000,00
015-2021-TER CEIR	015-2021	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA GESTAO PUBLICA LTDA	09.250.546/0001-75	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-005-2021	144.000,00
017-2021-TER CEIR	017-2021	JERBISON FÁBIO EÇA DE OLIVEIRA EIRELI ME	28.985.041/0001-01	21/11/2023	21/11/2023	31/12/2024		IL-008-2021	48.000,00
018-2021-TER CEIR	018-2021	OLINDINA MARIA DA ROCHA YOSHIDA	289.589.775-15	20/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-009-2021	30.000,00
019-2021-TER CEIR	019-2021	ODENIR FERREIRA DE CARVALHO	215.486.568-28	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-010-2021	12.000,00
028-2021-TER CEIR	028-2021	SHA ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA	40.177.549/0001-70	30/11/2023	30/12/2023	31/12/2024		IL-009-2021	48.000,00
034-2021-TER CEIR	034-2021	MATTOS, MEDINA, SANTOS E SOARES ADVOG. ASSOCIADOS	05.959.877/0001-28	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-012-2021	168.000,00
036-2021-TER CEIR	036/2021	SOUZA GOMES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	40.753.648/0001-53	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-011-2021	130.920,00
045-2021-TER CEIR	045-2021	MARTINEZ & ZACARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS	19.898.953/0001-47	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-018-2021	204.000,00
045-2022-SEG UNDO	045-2022	MARINHO FERREIRA DA ROCHA	222.645.075-00	10/11/2023	10/11/2023	01/02/2024	PP-033-2021		15.141,00
055-2023-PRIM EIR	055-2023	LARA QUEIROZ SANTOS & CIA LTDA	11.304.902/0001-38	10/11/2023	10/11/2023	03/03/2024	PE-015-2022		155.140,00
150-2021-TER CEIR	150-2021	FRANCIANO BARBOSA DANTAS	931.609.505-06	20/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-183-2021	17.052,00
151-2022-SEG UNDO	151-2022	SERVTRANS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	06.126.127/0001-38	30/11/2023	31/12/2023	31/12/2024	PP-033-2021		108.715,20
153-2021-TER CEI	153-2021	GABRIELA DAIANE QUEIROZ NOGUEIRA	050.438.305-14	13/11/2023	13/11/2023	31/12/2024		DL-140-2021	18.000,00
154-2021-TER CEIR	154-2021	LUZENIR ALVES BENTO	552.776.751-91	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		DL-144-2021	15.600,00
159-2022-SEG UNDO	159-2022	STATUS CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA E CONTABIL EIRELI-EPP	09.408.031/0001-50	30/11/2023	31/12/2023	31/12/2024	PP-033-2021		87.653,91
180-2021-TER CEIR	180-2021	AFINCO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	01.415.841/0001-22	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024		IL-019-2021	183.000,00
194-2023-PRIM EIR	194-2023	ARAUJO GALVAO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA	00.994.500/0001-96	14/11/2023	14/11/2023	14/03/2024	TP-001-2023		0,00
237-2022-SEG UNDO	237-2022	INSTITUTO DE GESTAO E PRESERVACAO-IGP	28.688.789/0001-34	09/11/2023	26/11/2023	26/07/2024	PE-005-2022		16.201.791,26
273-2022-SEG UNDO	273-2022	ARAUJO GALVAO SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA	00.994.500/0001-96	28/11/2023	28/11/2023	10/10/2024	CP-003-2022		0,00
285-2021-TER CEIR	285-2021	ADENES OLIVEIRA DE SOUZA	26.799.532/0001-24	14/11/2023	31/12/2023	31/12/2024	CC-002-2021		64.800,00
288-2022-PRIM EIR	288-2022	FERNANDO SOUZA SERPA	23.500.350/0001-12	01/11/2023	01/11/2023	01/11/2024	CC-003-2022		174.270,00
292-2022-SEG UNDO	292-2022	LUCAS PORTO NASCIMENTO	07.456.970/0001-45	09/11/2023	09/11/2023	28/11/2024	PP-023-2022		476.000,00
293-2022-PRIM EIR	293-2022	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	14/11/2023	30/11/2023	30/11/2024	CP-001-2022		1.970.774,90

306-2021-TER CEIR	306-2021 ADILSON SOUZA REIS-ME	14.802.296/0001-79	13/11/2023	31/12/2023	31/12/2024	PP-023-2021	0,00
548-2021-SEG UNDO	548-2021 ATIVA PROJETOS E SERVICOS LTDA	18.922.785/0001-15	03/11/2023	03/11/2023	04/11/2024	IL-030-2021	360.000,00
549-2021-SEG UNDO	549-2021 SHELDDONN BORGES ASSESSORIA CONTABIL EIRELI - ME	21.748.708/0001-03	03/11/2023	04/11/2023	04/11/2024	INEX-031-2021	144.000,00
550-2021-SEG UNDO	550-2021 ILMARIA PEREIRA RIBEIRO	17.234.497/0001-05	22/11/2023	22/11/2023	22/11/2024	PP-035-2021	132.000,00
554-2021-QUARTO	554-2021 JM PRODUTOS DE CONSUMO LTDA EPP	07.425.616/0001-53	14/11/2023	30/12/2023	30/06/2024	PP-036-2021	0,00
558-2021-SEG UNDO	558-2021 LEAO DE FOGO COMERCIO E SERVICOS LTDA	31.066.976/0001-90	14/11/2023	08/12/2023	08/12/2024	PP-037-2021	253.000,00
559-2021-TER CEIR	559-2021 BRASIL BELO SERVICOS URBANOS EIRELI	24.866.859/0001-46	13/11/2023	13/11/2023	08/12/2024	PP-038-2021	7.173.799,31
946-2016-D.SEXTO	946-2016 ART PROJETOS CONSTRUCOES	10.672.793/0001-49	17/11/2023	17/11/2023	17/05/2024	TP-09-2016	0,00
Total de Registros: 38							Total: 28.582.709,58

3.6.2.3 Demonstrativo de Consolidação dos Contratos (R\$ do exercício)



Ao analisar a consolidação dos contratos ao longo do exercício financeiro de 2023, observamos os seguintes pontos:

O município firmou novos contratos que totalizam **R\$ 86.215.649,43** e aditivou contratos existentes num montante de **R\$ 138.232.631,02**. Ao somar ambos os valores, o comprometimento financeiro totaliza **R\$ 224.448.280,45**.

Quando comparamos este comprometimento total com a dotação atualizada de **R\$ 267.166.000,00**, percebemos que cerca de **84,01% dessa dotação** deverão ser alocadas para novos contratos e aditivos de contratos existentes. Este é um indicativo relevante do direcionamento dos recursos do município e do peso que os contratos representam no orçamento total.

Além disso, é crucial destacar que aproximadamente **41,86%** da Receita Corrente Líquida - RCL é destinada a despesas de pessoal. Isso ressalta uma preocupação em termos de gestão financeira e orçamentária. A combinação de compromissos contratuais e despesas de pessoal representa um montante significativo da dotação total, deixando uma margem mais estreita para outras despesas e investimentos necessários.

Esta análise evidencia a importância de uma gestão orçamentária estratégica e cautelosa, garantindo que as alocações estejam em sintonia com as prioridades e necessidades do município, ao mesmo tempo em que se mantém uma reserva para contingências e oportunidades emergentes.

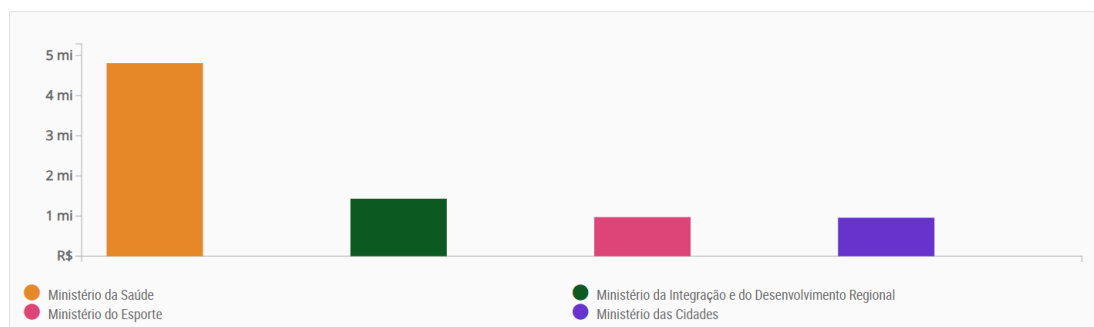
3.6.3 Convênios

3.6.3.1 Dos Convênios Celebrados com a União

Segue a posição dos convênios firmados (EM EXECUÇÃO) junto à União no momento de elaboração deste relatório:

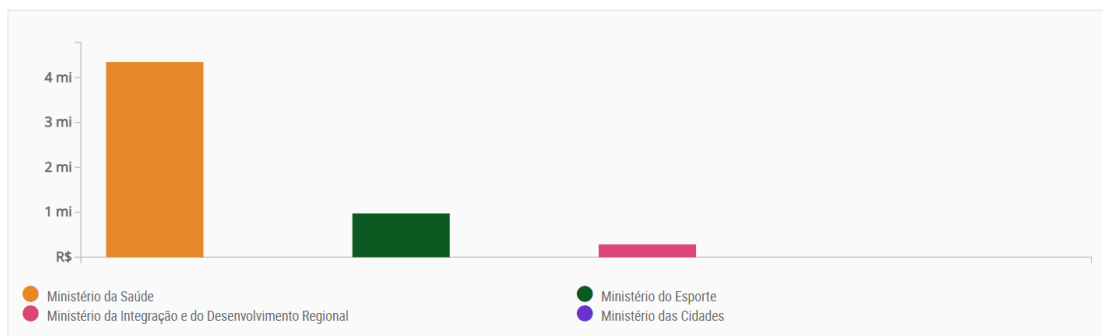
1. Valor total celebrado: R\$ 8.178.048,51

Valor Celebrado de convênios por Órgão Superior



2. Valor total recebido: R\$ 5.607.703,98

Valor Liberado de convênios por Órgão Superior



[Para mais detalhes, clicar aqui \(Link ao Portal dos Convênios - União\)](#)

3.6.3.2 Dos Convênios Celebrados com o Estado

No momento da elaboração deste relatório, não havia informação de convênio em execução firmado junto ao Governo do Estado por parte desta municipalidade.

3.6.3.3 Das Receitas de Convênios no mês

No mês em referência, o Executivo Municipal não recebeu recursos provenientes de repasses de Convênios.

3.6.4 Acordos e/ou Ajustes com Entidades sem Fins Lucrativos

No mês de referência, o Executivo Municipal não repassou nenhum recurso por conta de Convênios com Entidades sem Fins Lucrativos.

3.6.5 Recomendações

Diante das informações apuradas a respeito dos contratos e aditivos de contratos firmados por parte da municipalidade ao longo do exercício, a Controladoria Geral chamou atenção às unidades com maiores volumes de contratação, pois a administração pública não deve deixar de observar o princípio do planejamento. Com as informações extraídas, ficou claro e evidente a falta de planejamento para as contratações, acarretando atos potenciais exorbitantes em relação ao orçamento vigente.

1. **Reforço na Observância do Princípio de Planejamento:** Enfatiza-se a importância do rigoroso cumprimento do princípio de planejamento nas contratações públicas. É vital que as unidades com grandes volumes de contratações conduzam processos detalhados de planejamento para evitar compromissos financeiros excessivos que possam exceder o orçamento disponível.
2. **Avaliação Rigorosa de Custos e Benefícios:** Implementar uma avaliação criteriosa de custo-benefício para todas as novas contratações e aditivos contratuais, garantindo que sejam financeiramente viáveis e benéficas para a comunidade.
3. **Monitoramento de Contratos e Aditivos:** Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para todos os contratos e aditivos, visando assegurar que eles estejam cumprindo os termos acordados e oferecendo o valor esperado.
4. **Controle de Gastos e Aquisições:** Desenvolver procedimentos eficientes para controlar e gerenciar gastos e aquisições, com o objetivo de otimizar o uso dos recursos públicos.
5. **Auditorias Regulares:** Conduzir auditorias regulares nos processos de licitação, contratos e aditivos para garantir conformidade com as normas e leis aplicáveis.
6. **Transparência nas Contratações:** Promover a transparência em todos os processos de contratação, permitindo que o público e outras partes interessadas possam acessar informações sobre licitações e contratos.
7. **Capacitação da Equipe de Licitações:** Investir na formação e capacitação contínua da equipe responsável por licitações e contratos, garantindo que estejam atualizados com as melhores práticas e regulamentações.
8. **Gestão de Riscos em Contratos:** Implementar uma gestão de riscos efetiva para identificar, avaliar e mitigar potenciais riscos associados a contratos e aditivos.
9. **Relatórios Periódicos de Performance de Contratos:** Elaborar relatórios periódicos sobre o desempenho dos contratos, incluindo análises de eficiência, custo e qualidade dos serviços ou produtos adquiridos.

Estas recomendações visam aprimorar a eficiência, a eficácia e a transparência dos processos de licitação, contratos e convênios no município, garantindo um uso eficiente e responsável dos recursos públicos e a aderência aos princípios de legalidade, eficiência e transparência na gestão pública.

3.7 Obras Públicas, Inclusive Reformas

A efetiva gestão e supervisão das obras públicas e reformas enfrentam desafios significativos devido à carência de recursos especializados no órgão de Controle Interno e à falta de tecnologia apropriada para o gerenciamento de dados específicos a estas atividades. Essas lacunas impactam negativamente a capacidade de monitoramento eficiente e em tempo real, comprometendo a precisão e a confiabilidade das informações relatadas. Para superar estas barreiras e melhorar a gestão pública, torna-se imperativo investir na capacitação de pessoal e na aquisição de tecnologias avançadas, visando incrementar a eficácia, a eficiência e a transparência na administração de obras e reformas públicas.

3.7.1 Recomendações do Controle Interno

1. **Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento:** Investir na capacitação e formação contínua de pessoal especializado em gestão e monitoramento de obras públicas; estabelecer e fortalecer equipes dedicadas ao controle e supervisão de obras públicas e reformas.
2. **Implementação de Tecnologias de Gerenciamento de Dados:** Adquirir e implementar tecnologias avançadas de gerenciamento de dados específicas para monitoramento de obras e reformas. Desenvolver ou adotar sistemas informatizados que permitam o acompanhamento em tempo real do progresso das obras.
3. **Melhoria na Coleta e Análise de Dados:** Estruturar processos para a coleta sistemática e análise detalhada de dados relacionados a obras e reformas. Utilizar análises de dados para informar decisões estratégicas, planejamento e alocação de recursos.
4. **Aumento da Transparência e Prestação de Contas:** Estabelecer mecanismos para garantir a transparência nas etapas de planejamento, execução e finalização de obras. Implementar práticas regulares de prestação de contas e relatórios públicos sobre o andamento e a conclusão de obras.
5. **Estabelecimento de Parcerias e Colaborações:** Buscar parcerias com outras entidades governamentais, instituições de ensino e organizações privadas para compartilhamento de conhecimentos, experiências e recursos em gestão de obras públicas. Promover a colaboração interdepartamental para uma gestão mais integrada e eficiente das obras públicas.

Estas recomendações visam abordar as deficiências identificadas e melhorar significativamente a gestão de obras públicas e reformas, contribuindo para uma administração mais eficaz, responsável e transparente.

3.8 Operações de Créditos

O item aborda as operações de crédito autorizadas para o município. Embora exista autorização legislativa para a execução dessas operações, até o presente momento, não foram realizadas contratações de financiamentos ou operações similares. Este cenário destaca a importância de uma abordagem cuidadosa e estratégica na gestão das operações de crédito, considerando tanto as oportunidades quanto as responsabilidades fiscais envolvidas.

3.8.1 Recomendações

1. **Análise Estratégica de Oportunidades de Financiamento:** Avaliar criteriosamente as oportunidades de financiamento, considerando os benefícios a longo prazo e o impacto na saúde financeira do município.
2. **Planejamento Financeiro Cauteloso:** Planejar cuidadosamente antes de efetivar qualquer operação de crédito, garantindo que os termos sejam favoráveis e alinhados com as metas de desenvolvimento municipal.
3. **Conformidade com a Legislação:** Assegurar total conformidade com a legislação e as diretrizes fiscais, especialmente no que tange a contratação e gestão de operações de crédito.
4. **Transparência e Comunicação:** Manter a transparência em todas as fases das operações de crédito e comunicar efetivamente as decisões e ações para os envolvidos, incluindo a população do município.
5. **Monitoramento e Gestão de Riscos:** Implementar um sistema eficaz de monitoramento e gestão de riscos para as operações de crédito, visando mitigar possíveis impactos negativos na estabilidade financeira do município.

Essas recomendações têm o objetivo de orientar a administração municipal para uma gestão prudente e responsável das operações de crédito, alinhando as decisões de financiamento com os interesses a longo prazo e a sustentabilidade fiscal do município.

3.9 Limites de Endividamento

A Municipalidade de Formosa do Rio Preto, em estrito cumprimento às normativas da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Resolução nº 40 do Senado Federal de 2001, mantém seu nível de endividamento em conformidade com os limites legais. No exercício atual, as dívidas consolidadas líquidas do município estão dentro do limite de 120% das receitas correntes líquidas, como preconizado para entidades municipais. Esta prática reflete nosso comprometimento constante com a administração fiscal prudente e a transparência nas finanças públicas.

3.9.1 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Até o último quadrimestre apurado, a dívida fundada do município de FORMOSA DO RIO PRETO se encontra em 8,31% da RCL, ou seja, está situada no limite da receita corrente líquida, em cumprimento ao **inciso II, do art. 3º, da Resolução nº 40/01 do Senado Federal**.

Em razão da dívida do município se encontrar dentro dos limites fixados pela Resolução nº 40 do Senado Federal, não houve necessidade de emissão de alerta.

ANEXO II - RGF (LRF. ART 55, INCISO I, ALÍNEA "b")	31 DE DEZEMBRO 2022 (A)	31 DE AGOSTO 2023(B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	R\$20.235.629,91	R\$19.325.043,20
Previdenciárias	R\$19.050.617,84	R\$18.498.983,04
Demais Contribuições Sociais (Pis Pasep)	R\$448.733,11	R\$357.518,96
Demais Dívidas Contratuais	R\$0,00	R\$0,00
Com Inst. Financeira (Banco do Brasil)	R\$736.278,96	R\$468.541,20
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	R\$0,00	R\$0,00
Outras Dívidas	R\$0,00	R\$0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$30.284.091,53	R\$25.310.233,10
Disponibilidade Caixa Bruta	R\$32.931.641,15	R\$28.580.402,69
Haveres Financeiros	-R\$117.394,71	-R\$1.985.351,87
(-) Restos A Pagar Processados	-R\$2.530.154,91	-R\$1.284.817,72
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II) = (I-II)	-R\$10.048.461,62	-R\$5.985.189,90
RESULTADO % DE ENDIVIDAMENTO EM:	31/12/2022	31/08/2023
Receita Corrente Líquida (RCL) - Últimos 12 meses	R\$205.283.947,46	R\$232.412.316,46
% da dívida conf. Resolução nº 40 Senado Federal	9,86%	8,31%

3.9.2 Recomendações

- Monitoramento Contínuo do Endividamento:** Implementar um sistema de monitoramento contínuo para assegurar que o nível de endividamento permaneça dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e outras normativas aplicáveis.
- Gestão Proativa das Finanças Públicas:** Adotar uma abordagem proativa na gestão das finanças, antecipando-se a possíveis desafios fiscais e ajustando as estratégias de acordo com as mudanças nas receitas e despesas.
- Planejamento Financeiro de Longo Prazo:** Elaborar e implementar um planejamento financeiro de longo prazo, que considere as projeções de receitas e despesas, visando manter a sustentabilidade fiscal do município.
- Transparência e Responsabilidade Fiscal:** Manter um alto nível de transparência e responsabilidade fiscal, divulgando regularmente informações sobre a situação do endividamento e as medidas adotadas para sua gestão.
- Formação e Capacitação Contínua da Equipe Fiscal:** Investir na formação e capacitação contínua da equipe responsável pela gestão fiscal, assegurando que estejam atualizados sobre as melhores práticas e legislações vigentes.

Estas recomendações visam assegurar que a Municipalidade de Formosa do Rio Preto continue a gerir suas finanças de forma responsável e sustentável, mantendo-se dentro dos limites de endividamento e contribuindo para a estabilidade econômica do município.

3.10 Adiantamentos

Dentro do escopo de práticas de transparência e controle interno adotadas pela administração pública de Formosa do Rio Preto, cabe destacar que no período correspondente a este relatório, não se registrou a realização de adiantamentos por parte de qualquer órgão ou entidade do município. Adicionalmente, observa-se que atualmente o município não conta com uma legislação específica que regulamente o regime de adiantamentos.

3.11 Doações, Subvenções, Auxílios e Contribuições Concedidos

No período em questão, a municipalidade realizou despesas específicas com doações e auxílios. O objetivo deste segmento do relatório é fornecer uma visão clara e detalhada dessas transações financeiras, bem como das medidas de controle adotadas para garantir sua correta execução.

3.11.1 Doações

Neste mês, a municipalidade de Formosa do Rio Preto alocou recursos significativos para atender às necessidades sociais e de saúde da comunidade. No setor de saúde, foram destinados **R\$ 4.998,54** para a aquisição de medicamentos para distribuição gratuita, elevando o total anual para **R\$ 55.301,84**. Foi investido o valor mensal de **R\$ 29.566,00** para cestas básicas, o investimento total no ano para este fim alcançou **R\$ 1.355.312,00**. Adicionalmente, foram gastos **R\$ 28.928,64** no mês para outros materiais de distribuição gratuita, totalizando **R\$ 290.793,45** no acumulado do ano. No geral, o município investiu **R\$ 63.493,18** em doações no mês corrente, somando um montante anual de **R\$ 1.701.406,83**. Estes números evidenciam o comprometimento do município em responder às necessidades emergenciais e continuadas de seus cidadãos, refletindo uma gestão pública voltada para o bem-estar e a saúde da população.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR NO MÊS	VALOR NO ANO
3.3.90.32.01	MEDICAMENTOS DISTRIBUICAO GRATUITA	4.998,54	55.301,38
3.3.90.32.02	CESTA BASICA	29.566,00	1.355.312,00
3.3.90.32.99	OUTROS MATERIAIS PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	28.928,64	290.793,45
Total de Registros: 107		Total Geral:	63.493,18
			1.701.406,83

3.11.2 Subvenções

A Controladoria Geral do Município, verificou que não houve a concessão de subvenções sociais no exercício de 2023.

3.11.3 Auxílios Financeiro

No decorrer do mês analisado, a Prefeitura de Formosa do Rio Preto realizou investimentos significativos em programas de Auxílios Financeiros. Um total de **R\$ 87.429,26** foi direcionado a Auxílios Financeiros para Estudantes, elevando o valor total de contribuições nessa categoria para **R\$ 874.482,51** ao longo do ano. Além disso, a municipalidade efetuou pagamentos de **R\$ 591.166,96** em Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas no mês, acumulando um total de **R\$ 5.689.650,48** no ano. Assim, o montante mensal despendido em auxílios financeiros alcançou **R\$ 678.596,22**, com uma soma anual de **R\$ 6.564.132,99**. Estes valores refletem o comprometimento contínuo do município em prover suporte financeiro essencial aos cidadãos, com um foco especial em estudantes e indivíduos que necessitam de auxílio financeiro, reafirmando o compromisso da administração pública com o apoio social e a educação.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR NO MÊS	VALOR NO ANO
3.3.90.18.00	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	87.429,26	874.482,51
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	591.166,96	5.689.650,48
Total de Registros: 2104		Total Geral:	678.596,22
			6.564.132,99

3.11.4 Contribuições Concedidas

No intervalo de tempo abordado neste relatório, a municipalidade de Formosa do Rio Preto registrou despesas significativas com contribuições. O montante despendido no mês em contribuições atingiu a cifra de **R\$ 7.201,00**. Ao longo do ano, as despesas acumuladas com contribuições somaram **R\$ 79.129,00**, conforme documentado em 54 registros contábeis. Este investimento nas contribuições concedidas destaca o esforço contínuo do município em apoiar iniciativas e entidades essenciais para o setor público.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR NO MÊS	VALOR NO ANO
3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	7.201,00	79.129,00
Total de Registros: 54		Total Geral:	79.129,00

3.11.5 Recomendações

- Transparência e Rastreabilidade:** Aprimorar a transparência e rastreabilidade das doações e auxílios, com a implementação de um sistema detalhado de registro e monitoramento para todas as transações.
- Crítérios e Avaliação de Impacto:** Estabelecer critérios claros para a concessão de auxílios financeiros e contribuições, e realizar avaliações periódicas do impacto social e econômico desses investimentos.
- Revisão de Procedimentos:** Revisar regularmente os procedimentos de concessão para garantir que estejam em alinhamento com as políticas públicas e objetivos estratégicos do município.
- Fortalecimento dos Controles Internos:** Fortalecer os controles internos relativos às subvenções sociais, auxílios financeiros e contribuições, para prevenir irregularidades e maximizar a eficiência do gasto público.
- Divulgação e Comunicação:** Melhorar a divulgação e comunicação sobre as contribuições concedidas, reforçando o compromisso do município com a transparência e com o apoio às necessidades da comunidade.

3.12 Dívida Ativa

O Município de FORMOSA DO RIO PRETO, tem procurado seguir à risca, o que preconiza a Lei 6830/80, que dispõe sobre a cobrança da Dívida Ativa, buscando adotar as medidas cabíveis na lei com o intuito de incrementar sua receita própria.

Orientamos ao Gestor da unidade competente, para que efetive ações para recuperação dos créditos, realizando cobranças judiciais dos referidos débitos.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - EXÉRCIO 2022								
DÍVIDA ATIVA	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO (+)	ATUALIZAÇÃO (+)	ARRECADAÇÃO (-)	PRESCRIÇÃO (-)	RENUNCIA (-)	BAIXA (-)	SALDO ATUAL
NÃO TRIBUTÁRIA	1.444.711,38	0,00	203.580,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.648.292,35
TRIBUTÁRIA	8.714.841,19	1.369.088,76	492.461,92	272.697,19	0,00	0,00	0,00	10.303.694,68
TOTAL DA DÍVIDA	10.129.552,57	1.369.088,76	696.042,89	272.697,19	0,00	0,00	0,00	11.921.987,03

A gestão eficaz da dívida ativa é um pilar fundamental para a saúde fiscal de qualquer entidade governamental. Em nosso caso, o **saldo** atualizado da **Dívida Ativa em 31 de dezembro de 2022** apontou números consideráveis: **R\$ 10.303.694,68** de Dívida Ativa Tributária e **R\$ 1.618.292,35** de Dívida Ativa não Tributária, totalizando **R\$ 11.921.987,03**, vide tabela acima.

A análise desses dados revela, no entanto, uma preocupante ineficácia nas estratégias de arrecadação desses valores. Durante o mês de análise, a arrecadação foi de apenas **R\$ 24.726,65**, o que representa um ínfimo **0,21%** do total da **Dívida Ativa**. Mesmo olhando para o acumulado do ano, onde a arrecadação foi de **R\$ 363.453,56**, o cenário não é mais animador. Esse valor corresponde a apenas cerca de **3,05%** da dívida ativa total. Conforme demonstrado abaixo.

Código	Descrição da Rubrica	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Até o Mês
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA (P)	5.532,48	9.016,95	40.543,65	13.425,61	10.412,29	11.677,72	13.779,17	15.956,73	55.507,32	21.736,03	12.326,86	0,00	209.918,78
1.1.1.2.50.0.7.00.00.00	IPTU - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (P)	555,24	924,44	3.383,72	1.543,60	1.232,55	1.524,17	1.601,56	1.876,33	5.872,73	2.422,03	1.495,41	0,00	22.431,78
1.1.1.2.50.0.8.00.00.00	IPTU - JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA (P)	2.245,76	3.893,62	11.179,38	4.199,98	4.418,34	4.012,80	5.085,66	5.586,65	18.717,33	8.989,02	4.646,65	0,00	72.975,19
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	0,00	0,00	289,13	1.233,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522,83
1.1.1.4.51.1.7.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas da Dívida Ativa	0,00	0,00	28,92	123,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,29
1.1.1.4.51.1.8.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Juros de Mora da Dívida Ativa	0,00	0,00	19,61	542,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562,44
1.1.2.1.01.0.3.01.00.00	Taxa de Licença de Localização - TLL - DÍVIDA ATIVA (P)	0,00	9,06	286,07	0,00	9,05	9,05	0,00	0,00	0,00	125,57	130,80	0,00	569,60
1.1.2.1.01.0.3.02.00.00	Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF - DÍVIDA ATIVA (P)	349,91	804,61	6.646,39	3.034,87	788,67	1.283,27	3.213,60	251,14	2.089,55	2.320,68	2.264,87	0,00	23.027,56
1.1.2.1.01.0.3.04.00.00	Taxa de Licença para Exp. de Pub. nas Vias e Lograd. Púb. e em Locais Exp. ao Público - TLP - Dívida Ativa	0,00	14,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,58
1.1.2.1.01.0.7.01.00.00	Taxa de Licença de Localização - TLL - MULTAS D DÍVIDA ATIVA (P)	0,00	0,93	28,61	0,00	1,53	1,53	0,00	0,00	0,00	12,56	13,08	0,00	58,24
1.1.2.1.01.0.7.02.00.00	Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (P)	44,39	93,44	678,32	321,49	83,92	160,77	321,35	33,47	206,95	232,06	226,48	0,00	2.402,64
1.1.2.1.01.0.8.01.00.00	Taxa de Licença de Localização - TLL - Juros de Mora da Dívida Ativa	0,00	1,00	24,35	0,00	1,25	1,25	0,00	0,00	0,00	25,11	14,39	0,00	67,35
1.1.2.1.01.0.8.02.00.00	Taxa de Fiscalização do Funcionamento - TFF - Juros de Mora da Dívida Ativa	115,56	302,28	1.490,19	1.036,98	155,36	272,93	979,31	82,67	689,94	739,01	765,37	0,00	6.609,60
1.6.9.9.50.3.01.00.00	Taxa de Coleta, Rem. e Dest. de Resid. Sól. Domiciliares - TRSD - Dívida Ativa	0,00	223,55	3.909,48	1.933,14	1.360,70	3.047,52	1.796,16	2.256,45	2.926,62	2.110,82	2.322,33	0,00	21.866,77
1.9.1.1.07.0.3.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586,34	0,00	166,17	0,00	752,51
1.9.1.1.07.0.7.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Multas da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,89	0,00	35,89
1.9.1.1.07.0.8.00.00.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Juros de Mora da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147,16	0,00	318,35	0,00	465,51
TOTAL GERAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		8.843,34	15.284,48	68.507,82	27.395,57	18.463,83	21.991,01	26.776,81	26.045,44	86.703,94	38.714,88	24.726,65	0,00	363.453,56

Os dados recentes relacionados à Dívida Ativa do município sinalizam uma situação preocupante por diversos motivos. Primeiramente, a existência de uma quantia substancial de **R\$ 11.921.987,03** em dívidas ativas não arrecadadas em **31/12/2022**, representa uma perda significativa de recursos financeiros que poderiam ser empregados em áreas vitais, como educação, saúde e infraestrutura. Esta lacuna nos cofres públicos indica não apenas a necessidade de capital adicional para projetos essenciais, mas também sugere uma falha nos métodos atuais de cobrança e recuperação de dívidas. Uma eficácia de arrecadação de apenas **0,21%** no mês analisado e de cerca de **3,05%** no acumulado do ano aponta para a necessidade de reavaliar e fortalecer as estratégias de recuperação desses ativos.

Frente a esses desafios, torna-se imperativo adotar abordagens inovadoras e eficientes para melhorar a arrecadação da Dívida Ativa. Isso pode incluir desde a modernização dos processos de cobrança até a implementação de tecnologias avançadas que permitam um acompanhamento mais efetivo e a recuperação dos valores devidos. Além disso, a introdução de programas de negociação ou parcelamento de dívidas pode oferecer aos devedores condições mais favoráveis para regularização de seus débitos.

Essas iniciativas devem ser pautadas pelos princípios de excelência, integridade e responsabilidade fiscal, mirando no desenvolvimento sustentável e na geração de impacto social positivo. A busca por desempenho excepcional na administração dos recursos públicos é essencial para transformar a Dívida Ativa em um recurso financeiro efetivo para o município.

Em suma, embora o saldo atual da Dívida Ativa represente um potencial ativo significativo, os atuais índices de arrecadação sublinham a necessidade urgente de aprimoramento nas práticas de gestão de dívidas. É vital abordar esta questão com a seriedade e a prioridade que ela exige, para assegurar uma gestão fiscal mais efetiva e benéfica para o município.

3.12.1 Recomendações

1. **Intensificação das Ações de Cobrança:** Aumentar os esforços de cobrança, tanto judicial quanto extrajudicial, utilizando os instrumentos legais disponíveis para recuperar os débitos pendentes.
2. **Modernização dos Processos de Cobrança:** Atualizar e otimizar os processos de cobrança, aplicando soluções tecnológicas que permitam um acompanhamento mais efetivo e uma gestão mais ágil da dívida ativa.
3. **Implementação de Programas de Negociação:** Criar e divulgar programas de parcelamento ou negociação de dívidas que ofereçam condições atrativas para os devedores quitarem seus débitos.
4. **Capacitação Especializada:** Investir na formação especializada dos colaboradores responsáveis pela dívida ativa, assegurando competência técnica para a melhoria contínua dos processos de cobrança.
5. **Transparência e Prestação de Contas:** Promover a transparência das ações relacionadas à dívida ativa, fornecendo relatórios detalhados sobre a evolução dos valores arrecadados e as estratégias de recuperação de créditos.

Estas recomendações objetivam melhorar significativamente a eficiência na arrecadação da dívida ativa, contribuindo para a sustentabilidade fiscal do município e reforçando a responsabilidade no gerenciamento dos recursos públicos.

3.13 Despesa Pública

3.13.1 Despesa Orçamentária

De acordo com as informações do Setor Contábil, todas as despesas foram empenhadas tanto os contratos realizados quanto as despesas por estimativas e dispensas de licitação; liquidadas e posteriormente pagas no mês a que se referem.

Dos processos analisados por este setor, verificou-se que as despesas empenhadas estão classificadas de forma regular e obedecendo aos critérios definidos no artigo 60 da Lei 4.320/64, e realizados conforme as modalidades de estimativas, globais e ordinário/normal segundo ao que preconizado no artigo 61 da Lei 4.320/64.

Pontuando apenas algumas pendências, bem como: ausência e vencimento de certidões; veracidade do documento, dentre outros; porém sanadas em partes, dentro do prazo. Quanto às notas de empenho foram devidamente assinadas pelo ordenador e pelos responsáveis da sua emissão. Os empenhos das despesas são emitidos de forma prévia. Os documentos de suporte das despesas pública estão devidamente anexados às notas de empenhos, contudo vale ressaltar a ausência de planilhas de composição de custos nos serviços de terceirização de mão de obra, em desacordo ao Art. 4º, §3º, h) da Resolução TCM/BA nº 1060/2005. Os pagamentos estão sendo realizados mediante ordem bancária nominal ao favorecido no valor líquido da despesa.

À data de encerramento do período contábil mensal, o montante de despesas empenhadas totalizou **R\$ 253.601.809,95**. Em comparação, as despesas liquidadas atingiram **R\$ 229.884.829,88**, enquanto que as despesas efetivamente pagas somaram **R\$ 224.465.232,49**. Consequentemente, o saldo das despesas liquidadas pendentes de pagamento ascendeu a **R\$ 5.419.597,39**, o que caracteriza o montante como Restos a Pagar Processados para o exercício em curso.

O demonstrativo consolidado da despesa registra que o montante das despesas orçamentárias empenhada, liquidada e paga alcançaram as cifras de:

Especificações (Códigos / Fontes)	Dotação				Empenhado		Liquidado		Pago	
	Fixado	Acréscimo	Redução	Dotação	No Mês	No Ano	No Mês	No Ano	No Mês	No Ano
TOTAL GERAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	246.000.000,00	93.233.867,30	72.067.867,30	267.166.000,00	11.098.648,54	253.601.809,95	22.075.408,96	229.884.829,88	24.585.581,77	224.465.232,49
DESPESA CORRENTE	193.369.500,00	81.121.867,30	35.958.420,30	238.532.947,00	8.306.172,06	229.782.664,23	17.309.857,84	207.504.472,30	20.148.910,39	202.525.993,48
DESPESA DE CAPITAL	51.130.500,00	12.112.000,00	36.109.447,00	27.133.053,00	2.792.476,48	23.819.145,72	4.765.551,12	22.380.357,58	4.436.671,38	21.939.239,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Após a análise dos demonstrativos contábeis extraídos do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, registra-se que as despesas efetuadas no exercício do mês de novembro de 2023 alcançaram o valor consolidado de **R\$ 22.075.408,96**. Esta cifra é resultante da agregação das rubricas de gastos conforme detalhamento subsequente:

Código	Descrição da Rubrica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesa Liquidada (No mês)	Despesa Liquidada (Até o mês)	(%) Liquidado até o mês
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	193.369.500,00	238.532.947,00	17.309.857,84	207.504.472,30	86,99%
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.594.000,00	90.957.516,14	8.103.723,34	79.877.518,94	87,82%
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	250.000,00	140.000,00	7.133,60	118.363,48	84,55%
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.525.500,00	147.435.430,86	9.199.000,90	127.508.589,88	86,48%
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	51.130.500,00	27.133.053,00	4.765.551,12	22.380.357,58	82,48%
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	47.977.500,00	25.091.853,00	4.646.133,30	20.703.738,00	82,51%
4.5.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	953.000,00	571.200,00	-	409.753,05	71,74%
4.6.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.200.000,00	1.470.000,00	119.417,82	1.266.866,53	86,18%
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA E DO RPPS	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	0,00%
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.500.000,00	1.500.000,00	-	-	0,00%
TOTAL GERAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA		246.000.000,00	267.166.000,00	22.075.408,96	229.884.829,88	86,05%

3.13.2 Processos Liquidados e Pagos

De acordo com o demonstrativo de despesas obtido do SIAFIC, no mês de novembro de 2023, o Setor de Liquidação processou a liquidação de **969** processos, somando um valor total de **R\$ 20.670.121,55**. Além disso, foram efetuados pagamentos correspondentes a **1068** processos, no valor de **R\$ 23.187.419,36**. Esses valores refletem os montantes empenhados pelo Poder Executivo, excluindo o Legislativo, e abrangem empenhos Normais/Ordinários, Globais e por Estimativa até o referido mês.

Mantendo assim o controle sobre as despesas empenhadas e liquidadas conforme a seguinte distribuição por Secretaria(s):

Secretarias	Processos Liquidados		Processos Pagos	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
GABINETE DO PREFEITO	21	219.574,00	20	215.537,20
SEC. MUN.DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	148	1.307.793,05	157	1.430.345,11
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERVICOS PUBLICOS E SANEAMENTO	36	5.723.977,48	47	6.418.328,17
SEC. MUN.DE TRANSPORTES	18	340.796,74	24	897.968,79
SEC. MUN. DA EDUCACAO	1	24.485,83	1	24.485,83
F U N D E B	2	2.074.499,26	2	2.076.343,51
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	121	4.312.273,30	135	4.623.348,16
SEC. MUN. DA SAUDE	1	28.480,39	1	28.480,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	381	4.789.292,99	393	4.816.510,59
SEC. MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL	0	0,00	0	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	102	900.101,02	128	986.415,00
FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3	10.942,50	3	11.052,95
SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. HIDRICOS	24	197.609,77	31	217.124,54
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0	0,00	0	0,00
SEC. MUN. DA AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM	50	372.882,84	60	987.562,00
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	14	47.844,89	15	79.143,56
SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO	17	89.467,66	19	105.433,46
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0	0,00	0	0,00
SEC. MUN. DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES	30	230.099,83	32	269.340,10
TOTAL - 19	969	20.670.121,55	1068	23.187.419,36

3.13.3 Diárias

Os processos de concessão de Diárias foram realizados antes do deslocamento e em observância as normativas vigentes no Decreto Municipal de nº 37 de 16 de junho de 2017. Onde dispõe a concessão de diárias sobre viagem a servidor do órgão quando a serviço da administração pública direta e dá outras providências.

No mês em análise, foram pagos **96** processos ref. a diárias em viagens ao interior e fora do município, dentro e fora do estado da Bahia, no valor total de **R\$28.990,00**.

Ações do Controle Interno ao item 5.: A Controladoria Geral orienta aos servidores do executivo que as diárias e restituições só serão concedidas quando for de interesse amplo ao âmbito da sociedade e/ou a serviço do município, sendo o mesmo responsável por qualquer violação ao uso do erário público.

3.13.4 Subsídios

De acordo com a análise apurada por esse setor, observou-se que no decorrer do mês em referência, o Executivo Municipal pagou subsídios à 13 (treze) agentes políticos, conforme demonstrado a seguir:

Relação de PAGAMENTOS

Data Pagamento	Empenho Despesa	Reduzido	Classificação	Credor	CNPJ / CPF	Tipo Empenho	Data Empenho	Data Liquidação	Nº Processo	Valor Bruto	Valor Retido	Valor Liquido
Unidade Orçamentária: 0201000 - GABINETE DO PREFEITO												
30/11/2023	2301020011	2002.11.15000000	0201000 2.002 3.1.90.11.00	15000000 MANOEL AFONSO DE ARAUJO	137.632.105-04	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300005	21.308,04	5.610,54	15.697,50
Total de Registros: 1										21.308,04	5.610,54	15.697,50
Unidade Orçamentária: 0201001 - GABINETE DO VICE-PREFEITO												
30/11/2023	2301020019	2003.11.15000000	0201001 2.003 3.1.90.11.00	15000000 ANTONIO CARLOS RIBEIRO MOREIRA	569.411.295-49	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300015	10.654,03	2.680,69	7.973,34
Total de Registros: 1										10.654,03	2.680,69	7.973,34

Unidade Orçamentária: 0202000 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS															
30/11/2023	2301020228	2006.11.15000000	0202000	2.006	3.1.90.11.00	15000000	MARIA LECY ALVES DIAS	339.092.961-49	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300006	7.701,70	1.868,80	5.832,90
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.868,80 5.832,90															
Unidade Orçamentária: 0203000 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA, SERV. PUBLICOS E SANEAMENTO															
30/11/2023	2301020105	2011.11.15000000	0203000	2.011	3.1.90.11.00	15000000	TIAGO DE CARVALHO XAVIER	021.185.225-25	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300007	7.701,70	1.868,80	5.832,90
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.868,80 5.832,90															
Unidade Orçamentária: 0204000 - SEC. MUN. DE TRANSPORTES															
30/11/2023	2301020120	2018.11.15000000	0204000	2.018	3.1.90.11.00	15000000	EGNALDO RIBEIRO DO NASCIMENTO	619.443.515-15	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300008	7.701,70	1.764,52	5.937,18
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.764,52 5.937,18															
Unidade Orçamentária: 0205002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO															
30/11/2023	2303210001	2032.11.15001001	0205002	2.032	3.1.90.11.00	15001001	MARINELIA DA SILVA ROCHA	976.453.115-68	Estimativo	21/03/2023	30/11/2023	202311300012	7.701,70	5.319,31	2.382,39
Total de Registros: 1															
7.701,70 5.319,31 2.382,39															
Unidade Orçamentária: 0206001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE															
30/11/2023	2301020001	2034.11.15001002	0206001	2.034	3.1.90.11.00	15001002	JOÃO ROCHA MASCARENHAS	010.010.633-17	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300001	7.701,70	2.569,45	5.132,25
Total de Registros: 1															
7.701,70 2.569,45 5.132,25															
Unidade Orçamentária: 0207001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL															
30/11/2023	2304050011	2050.11.15000000	0207001	2.050	3.1.90.11.00	15000000	SUELI MÁRCIA VIEIRA DE MELO SERPA	494.725.424-68	Estimativo	05/04/2023	30/11/2023	202311300005	7.701,70	1.764,52	5.937,18
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.764,52 5.937,18															
Unidade Orçamentária: 0208000 - SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DOS REC. HIDRICOS															
30/11/2023	2301020134	2061.11.15000000	0208000	2.061	3.1.90.11.00	15000000	GERALDO MARTINS LUSTOSA JUNIOR	036.164.195-81	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300009	7.701,70	4.405,84	3.295,86
Total de Registros: 1															
7.701,70 4.405,84 3.295,86															
Unidade Orçamentária: 0209000 - SEC. MUN. DA AGRIC. COMBATE A SECA E A ESTIAGEM															
30/11/2023	2301180001	2064.11.15000000	0209000	2.064	3.1.90.11.00	15000000	JORGE AURELIO MACEDO ARAUJO	002.650.165-17	Estimativo	18/01/2023	30/11/2023	202311300034	7.701,70	1.712,38	5.989,32
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.712,38 5.989,32															
Unidade Orçamentária: 0210000 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO															
30/11/2023	2301020166	2068.11.15000000	0210000	2.068	3.1.90.11.00	15000000	ELIEL SANTOS DE OLIVEIRA	017.387.883-00	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300010	7.701,70	1.816,66	5.885,04
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.816,66 5.885,04															
Unidade Orçamentária: 0211000 - SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO															
30/11/2023	2301020177	2069.11.15000000	0211000	2.069	3.1.90.11.00	15000000	ROSILENE CARVALHO DA SILVA ALMEIDA	007.752.945-60	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300011	7.701,70	1.816,66	5.885,04
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.816,66 5.885,04															
Unidade Orçamentária: 0212000 - SEC. MUN. DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES															
30/11/2023	2301020205	2073.11.15000000	0212000	2.073	3.1.90.11.00	15000000	ODILIA NAIARA RIBEIRO DOS SANTOS	051.121.545-27	Estimativo	02/01/2023	30/11/2023	202311300012	7.701,70	1.868,80	5.832,90
Total de Registros: 1															
7.701,70 1.868,80 5.832,90															
Sub-Total de Registros: 13															
116.680,77 35.066,97 81.613,80															

Os pagamentos dos subsídios dos Agentes Políticos foram efetuados dentro dos limites situados na Lei Municipal nº 267, de 01 de dezembro de 2020, que os fixou para o exercício de 2021/2024, corrigidos através da Lei Municipal nº 298, de 24 de maio de 2022 e da Lei Municipal nº 315, de 22 de maio de 2023. Além disso, a composição dos processos de pagamentos apresentou-se de acordo com a § 1º alínea “E” do artigo 4º da Resolução TCM 1060/05.

3.13.5 Gastos com Publicidade

A Controladoria constatou que o Executivo Municipal realizou pagamentos de 18 processos relacionados a gastos com publicidade no mês analisado, embora os atos oficiais do Executivo estejam sendo publicados regularmente, muitos deles não atendem ao princípio da tempestividade. Além disso, foi observado que foram publicados os Decretos de abertura de crédito suplementar e alterações do QDD/2023, cuja publicação em órgão oficial é requisito legal para sua validade.

Relação de PAGAMENTOS

Data Pagamento	Empenho Despesa	Reduzido	Classificação	Credor	CNPJ / CPF	Tipo Empenho	Data Empenho	Data Liquidação	Nº Processo	Valor Bruto	Valor Retido	Valor Líquido			
Credor: AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA															
01/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	26/10/2023	202311010019	1.200,00	0,00	1.200,00
Histórico: DEPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, NO PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2023, P/ ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ESTA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DESTA MUNICÍPIO, CONF. OFÍCIO Nº 607/2023 EM ANEXO. Vi de Pessoal: 0,00															
08/11/2023	2301020017	2050.39.15000000	0207001	2.050	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	07/11/2023	202311080002	3.600,00	0,00	3.600,00
Histórico: DEPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS DE PUBLICIDADE P/ ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTA MUNICÍPIO, CONFORME OFÍCIO Nº 919/2023 EM ANEXO, NO PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2023. Vi de Pessoal: 0,00															

08/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	01/11/2023	202311080007	18.838,99	0,00	18.838,99	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, REFERENTE A ANÚNCIO DA CARAVANA PARA TODOS NA LOCALIDADE DE PITOMBEIRA ATENDENDO A DEMANDA DESTA GABINETE, CONF. OFICIO Nº 128/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
08/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	01/11/2023	202311080008	12.025,55	0,00	12.025,55	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, REFERENTE A ANÚNCIO DO 7 DE SETEMBRO DE 2023 ATENDENDO A DEMANDA DESTA GABINETE, CONF. OFICIO Nº 127/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
08/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	09/11/2023	202311080016	2.400,00	0,00	2.400,00	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, NO PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2023, PI ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR ESTA SECRETARIA DESTE MUNICIPIO, CONF. OFICIO Nº 253 A/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
08/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	07/11/2023	202311080017	18.838,99	0,00	18.838,99	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, REFERENTE A ANÚNCIO DE DA 1ª ECOTRILHA FORMOSA ATENDENDO A DEMANDA DESTA GABINETE, CONF. OFICIO Nº 128/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
08/11/2023	2301020044	2034.39.15001002	0206001	2.034	3.3.90.39.00	15001002	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	30/10/2023	202311080020	10.800,00	0,00	10.800,00	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NESTE MUNICIPIO CONF. OFICIO Nº 3682/2023 E DOCUMENTOS EM ANEXO, REF. AO MES DE AGOSTO DE 2023.													Vi de Pessoal:	0,00		
16/11/2023	2301020017	2050.39.15000000	0207001	2.050	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	08/11/2023	202311160001	59.108,55	0,00	59.108,55	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS NA CRIAÇÃO E FINALIZAÇÃO DE MATERIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO, CONFORME OFICIO Nº 833/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
16/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	10/11/2023	202311160026	12.908,44	0,00	12.908,44	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, REFERENTE A ANÚNCIO DE PUBLICIDADE PARA A ABERTURA DO CAMPEONATO BAIANO MUNICIPAL DE FUTEBOL FORMOSÃO, CONF. OFICIO Nº 9308/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
22/11/2023	2301020017	2050.39.15000000	0207001	2.050	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	20/11/2023	202311220004	1.548,18	0,00	1.548,18	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS DE CRIAÇÃO E FINALIZAÇÃO DE BANNER, CUPOM E CONVITE PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO, CONFORME OFICIO Nº 957/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
22/11/2023	2301020017	2050.39.15000000	0207001	2.050	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	20/11/2023	202311220005	13.598,44	0,00	13.598,44	
Histórico: DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS DE PUBLICIDADE PI ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DESTE MUNICIPIO, CONFORME OFICIO Nº 952/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
22/11/2023	2301020044	2034.39.15001002	0206001	2.034	3.3.90.39.00	15001002	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	22/11/2023	202311220024	10.800,00	0,00	10.800,00	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NESTE MUNICIPIO CONF. OFICIO Nº 3985/2023 E DOCUMENTOS EM ANEXO, REF. AO MES DE SETEMBRO DE 2023.													Vi de Pessoal:	0,00		
29/11/2023	2301020018	2076.39.15000000	0201000	2.076	3.3.90.39.00	15000000	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	22/11/2023	202311290002	6.900,00	0,00	6.900,00	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE ATENDENDO AS DEMANDAS DO GABINETE MUNICIPAL DESTE PREFEITURA, CONF. OFICIO Nº 132A/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
29/11/2023	2301020090	2023.39.15001001	0205002	2.023	3.3.90.39.00	15001001	AIM COMUNICACAO E PROPAGANDA S/C LTDA	63.079.008/0001-05	Estimativo	02/01/2023	24/11/2023	202311290007	3.096,59	0,00	3.096,59	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA POR SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS COM PUBLICIDADE, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, JUNTO A EMPRESA AIM COMUNICAÇÃO, DESDE MUNICIPIO CONFORME OFICIO 984/2023 EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
Total de Registros: 14													Total do Credor:	175.665,73	0,00	175.665,73
Credor: IBDM MODERNIZACAO, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA																
16/11/2023	2301020057	2006.39.15000000	0202000	2.006	3.3.90.39.00	15000000	IBDM MODERNIZACAO, ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	10.442.698/0001-59	Estimativo	02/01/2023	08/11/2023	202311160012	3.160,00	151,68	3.008,32	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE GESTAO DO DIARIO OFICIAL ELETRONICO DO MUNICIPIO E PUBLICACAO EM JORNAL DIARIO DE GRANDE CIRCULACAO DO ESTADO DA BAHIA, PI DIVULGACAO DE ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATERIAS DE INTERESSE DESTE MUNICIPIO.REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE 2023 DE ACORDO 2º TERMO ADITIVO EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
Total de Registros: 1													Total do Credor:	3.160,00	151,68	3.008,32
Credor: IMPRENSA NACIONAL																
16/11/2023	2301020048	2006.39.15000000	0202000	2.006	3.3.90.39.00	15000000	IMPRESA NACIONAL	04.196.645/0001-00	Estimativo	02/01/2023	08/11/2023	202311160089	817,32	0,00	817,32	
Histórico: DESPESA COM PUBLICACAO NO DIARIO OFICIAL DA UNIAO, ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATERIAS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO DESTA PREFEITURA, CONF. FATURA DE ACORDO 2º TERMO ADITIVO EM ANEXO.													Vi de Pessoal:	0,00		
Total de Registros: 1													Total do Credor:	817,32	0,00	817,32
Credor: REGIS E ARAUJO LTDA ME																
16/11/2023	2301020074	2006.39.15000000	0202000	2.006	3.3.90.39.00	15000000	REGIS E ARAUJO LTDA ME	07.530.351/0001-53	Global	02/01/2023	08/11/2023	202311160005	1.450,00	0,00	1.450,00	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DESTE MUNICIPIO, REFERENTE AO MES DE OUTUBRO DE ACORDO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 008/2021.													Vi de Pessoal:	0,00		
Total de Registros: 1													Total do Credor:	1.450,00	0,00	1.450,00
Credor: REGIS TECNOLOGIA LTDA																
16/11/2023	2303270001	2008.39.15000000	0202000	2.006	3.3.90.39.00	15000000	REGIS TECNOLOGIA LTDA	07.530.351/0001-53	Estimativo	27/03/2023	08/11/2023	202311160006	4.600,00	0,00	4.600,00	
Histórico: VL. QUE SE EMPENHA PI ATENDER DESPESA COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO, HOSPEDAGEM WEB DO SITE OFICIAL DO MUNICIPIO, WEBMAIL E BACKUP DAS INFORMAÇÕES, REF. AO MES DE OUTUBRO DE 2023.													Vi de Pessoal:	0,00		
Total de Registros: 1													Total do Credor:	4.600,00	0,00	4.600,00
Sub-Total de Registros: 18													Total do Credor:	185.693,05	151,68	185.541,37

Ações do Controle Interno ao item: A Controladoria Geral verificou que os atos publicados na transparência foram apenas ao interesse da sociedade, mantendo transparência em todos os atos administrativos do Poder Executivo, entretanto comunica que as devidas publicações devem observar a tempestividade do ato.

3.13.6 Desembolso Extraorçamentário

No mês de referência foi constatado que houve **132** processos de pagamento classificados como **DESEMBOLSO EXTRAORÇAMENTÁRIO**, no valortotal de **R\$ 1.904.558,02**.

Assim, verifica-se que as devoluções obrigatórias de terceiros, retidas em pagamentos efetuados estão sendo realizadas de forma regular, o que não caracteriza o crime apropriação indébita e tão pouco não menos importante, o enriquecimento ilícito por parte da administração pública, tais informações têm sido fortemente acompanhadas pela Controladoria Geral, quando da análise dos relatórios junto ao Sistema Contábil.

3.13.7 Posição dos Restos a Pagar do Exercício Anterior

3.13.7.1 Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos no Exercício Anterior (2022)

Dos processos de pagamentos inscritos na rubrica Restos a Pagar Processados, e relativos a despesas liquidadas e não pagas no exercício anterior, no montante de **R\$ 1.245.337,19**, foi pago no mês em questão o valor de **R\$ 1.245.337,19**, importando o saldo remanescente da inscrição em **R\$ 0,00**. O valor pago até o mês em curso representa **100%** do total inscrito.

Quanto à rubrica Restos a Pagar Não Processados do exercício anterior, no montante de **R\$ 3.269.685,61**, não verificou-se pagamento no mês em questão, apresentando saldo remanescente de **R\$ 383.533,12**. Desta forma, o valor pago até o mês em curso representa **88,27%** do total inscrito, conforme demonstrativo a seguir:

MÊS	INSCRITO NO ANO DE 2022		R\$1.245.337,19
	PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$1.245.337,19	R\$1.245.337,19	R\$0,00
FEVEREIRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
MARÇO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
ABRIL	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
MAIO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
JUNHO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
JULHO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
AGOSTO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
SETEMBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
OUTUBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
NOVEMBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$0,00
TOTAL	R\$1.245.337,19	100,00%	

MÊS	INSCRITO NO ANO DE 2022		R\$3.269.685,61
	NÃO PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$1.947.177,82	R\$1.947.177,82	R\$1.322.507,79
FEVEREIRO	R\$365.218,99	R\$2.312.396,81	R\$957.288,80
MARÇO	R\$274.722,70	R\$2.587.119,51	R\$682.566,10
ABRIL	R\$40.993,36	R\$2.628.112,87	R\$641.572,74
MAIO	R\$31.768,66	R\$2.659.881,53	R\$609.804,08
JUNHO	R\$60.189,32	R\$2.720.070,85	R\$549.614,76
JULHO	R\$0,00	R\$2.720.070,85	R\$549.614,76
AGOSTO	R\$28.887,45	R\$2.748.958,30	R\$520.727,31
SETEMBRO	R\$0,00	R\$2.748.958,30	R\$520.727,31
OUTUBRO	R\$137.194,19	R\$2.886.152,49	R\$383.533,12
NOVEMBRO	R\$0,00	R\$2.886.152,49	R\$383.533,12
TOTAL	R\$2.886.152,49	88,27%	

3.13.7.2 Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos nos Exercícios Anteriores à 2022

Dos processos de pagamentos inscritos na rubrica Restos a Pagar Processados, e relativos a despesas liquidadas e não pagas nos exercícios anteriores à 2022, no montante de **R\$ 1.284.817,72**, foi pago no mês em questão o valor de **R\$ 0,00**, importando o saldo remanescente da inscrição em **R\$ 1.284.817,72**. O valor pago até o mês em curso representa **0,00%** do total inscrito.

Quanto à rubrica Restos a Pagar Não Processados dos exercícios anteriores à 2022, no montante de **R\$ 1.805.199,63**, verificou-se pagamento no mês em questão na ordem de **R\$ 41.056,87**, apresentando saldo remanescente de **R\$ 1.604.790,66**. Desta forma, o valor pago até o mês em curso representa **11,10%** do total inscrito, conforme demonstrativo a seguir:

MÊS	INSC. ANOS ANTERIORES À 2022		R\$1.284.817,72
	PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
FEVEREIRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
MARÇO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
ABRIL	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
MAIO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
JUNHO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
JULHO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
AGOSTO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
SETEMBRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
OUTUBRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
NOVEMBRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.284.817,72
TOTAL	R\$0,00	0,00%	

MÊS	INSC. ANOS ANTERIORES À 2022		R\$1.805.199,63
	NÃO PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.805.199,63
FEVEREIRO	R\$0,00	R\$0,00	R\$1.805.199,63
MARÇO	R\$54.139,87	R\$54.139,87	R\$1.751.059,76
ABRIL	R\$45.739,07	R\$99.878,94	R\$1.705.320,69
MAIO	R\$0,00	R\$99.878,94	R\$1.705.320,69
JUNHO	R\$0,00	R\$99.878,94	R\$1.705.320,69
JULHO	R\$8.653,46	R\$108.532,40	R\$1.696.667,23
AGOSTO	R\$0,00	R\$108.532,40	R\$1.696.667,23
SETEMBRO	R\$0,00	R\$108.532,40	R\$1.696.667,23
OUTUBRO	R\$50.819,70	R\$159.352,10	R\$1.645.847,53
NOVEMBRO	R\$41.056,87	R\$200.408,97	R\$1.604.790,66
TOTAL	R\$200.408,97	11,10%	

3.13.7.3 Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar Inscritos nos Exercícios Anteriores

Dos processos de pagamentos inscritos na rubrica Restos a Pagar Processados, e relativos a despesas liquidadas e não pagas nos exercícios anteriores, no montante de **R\$ 2.530.154,91**, verificou-se que **não houve pagamento** no mês em questão, importando o saldo remanescente da inscrição em **R\$ 1.284.817,72**. O valor pago até o mês em curso representa **49,22%** do total inscrito.

Quanto à rubrica Restos a Pagar Não Processados dos exercícios anteriores, no montante de **R\$ 5.074.885,24**, verificou-se que houve pagamento no mês em questão na ordem de **R\$ 41.056,87**, apresentando saldo remanescente de **R\$ 1.988.323,78**. Desta forma, o valor pago até o mês em curso representa **60,82%** do total inscrito, conforme demonstrativo a seguir:

MÊS	INSCRIÇÃO RP ANOS ANTERIORES		R\$2.530.154,91
	PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$1.245.337,19	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
FEVEREIRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
MARÇO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
ABRIL	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
MAIO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
JUNHO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
JULHO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
AGOSTO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
SETEMBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
OUTUBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
NOVEMBRO	R\$0,00	R\$1.245.337,19	R\$1.284.817,72
TOTAL	R\$1.245.337,19	49,22%	

MÊS	INSCRIÇÃO RP ANOS ANTERIORES		R\$5.074.885,24
	NÃO PROCESSADOS		
	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo
JANEIRO	R\$1.947.177,82	R\$1.947.177,82	R\$3.127.707,42
FEVEREIRO	R\$365.218,99	R\$2.312.396,81	R\$2.762.488,43
MARÇO	R\$328.862,57	R\$2.641.259,38	R\$2.433.625,86
ABRIL	R\$86.732,43	R\$2.727.991,81	R\$2.346.893,43
MAIO	R\$31.768,66	R\$2.759.760,47	R\$2.315.124,77
JUNHO	R\$60.189,32	R\$2.819.949,79	R\$2.254.935,45
JULHO	R\$8.653,46	R\$2.828.603,25	R\$2.246.281,99
AGOSTO	R\$28.887,45	R\$2.857.490,70	R\$2.217.394,54
SETEMBRO	R\$0,00	R\$2.857.490,70	R\$2.217.394,54
OUTUBRO	R\$188.013,89	R\$3.045.504,59	R\$2.029.380,65
NOVEMBRO	R\$41.056,87	R\$3.086.561,46	R\$1.988.323,78
TOTAL	R\$3.086.561,46	60,82%	

3.13.8 Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)

No decorrer do mês em referência, o Executivo Municipal efetuou pagamento de **00 processo**, no valor total de **R\$ 0,00**, referente a gastos na rubrica Despesas de Exercícios Anteriores – DEA.

3.13.9 Ações de Auditoria nos Processos de Pagamento

Durante todo o mês em referência, esta unidade de Controle Interno procedeu com a análise prévia (após a fase do empenho), concomitante (antes da quitação) e subsequente (após o pagamento) dos processos de despesas

(por amostragem) da Prefeitura Municipal, almejando contribuir para a observância das normas estatuídas pelas **Leis Federais nº 8.666/93, 4.320/64, 10.520/02** e demais normas legais correlatas, tendo identificado a ocorrência, com maior incidência, das seguintes constatações:

- Motivação insubsistente das despesas públicas, ou seja, objetos que iriam motivar as despesas sendo criados de maneira precária sem a apresentação de elementos suficientes à plena caracterização das justificativas que fundamentam os dispêndios;

- Ausência de documentos complementares em processos de pagamentos, evidenciando a destinação das despesas realizadas.

- Notas fiscais de serviços e NFE com os critérios de maneira incompleta, faltando informações ou atesto de prestação dos serviços;

- Inconsistências nas solicitações de despesa realizadas pelas secretarias municipais tais como:

- ✓ Erro no enquadramento no que tange a dotação orçamentária pela qual irá ocorrer a despesa, devido a insuficiência de informações detalhadas no documento de solicitação da despesa;
- ✓ Objeto do pedido da despesa insuficiente para identificação completa do bem ou serviço pretendido a ser adquirido ou contratado;
- ✓ Serviços profissionais contratados via PJ com elevada carga horária trabalhada;
- ✓ Ausência da assinatura do ordenador de despesa no documento;
- ✓ Falta de documentação pertinente em casos específicos em processos de despesa, tais como: relatório de atividades, listagem de beneficiados com assinatura sem identificação, ausência de manifestação do fiscal do contratado e outros.
- ✓ Fragilidade nos mecanismos de fiscalização de contratos.
- ✓ Deficiência nas atividades desenvolvidas na 1ª linha de controle, ou seja, nos executores setoriais.
- ✓ Ausência de laudos técnicos em casos específicos.

Dentre outras observações e inconsistências encontradas no decorrer da competência em análise, após a devida análise das falhas apuradas, a Controladoria Municipal notificou os setores responsáveis por sanar as pendências encontradas, para que retificassem seus erros, além de informar ao gestor das irregularidades, e solicitar capacitações para os servidores do setor de Compras, Licitações, tributos, contabilidade dentre outros setores relacionados a rotina do fluxo da despesa, para assim, manter a adimplência da legalidade nos atos administrativos.

No planejamento estratégico para 2024 a CGM Continuará a priorizar análise por amostragem dos processos de pagamentos com a emissão de checklists e pareceres para perfeita mensuração dos benefícios que a análise prévia dos processos de pagamento traz como forma de controle preventivo.

3.13.10 Recomendações do Controle Interno

1. **Aprimoramento da Documentação Suporte:** Assegurar que todos os documentos de suporte das despesas públicas, especialmente em contratos de terceirização e serviços, estejam completos e incluam planilhas de composição de custos, conforme as normativas vigentes.
2. **Refinamento das Estratégias de Liquidação:** Reforçar o processo de liquidação de despesas, garantindo a verificação rigorosa de vencimentos de certidões e a autenticidade dos documentos, além de corrigir quaisquer irregularidades prontamente.
3. **Melhoria na Documentação e Justificação das Despesas:** Assegurar que todas as despesas públicas sejam devidamente justificadas, com motivações claras e sustentadas por elementos suficientes, e que as notas fiscais e outros documentos comprobatórios estejam completos e corretamente preenchidos.
4. **Precisão nas Notas Fiscais e NFEs:** Garantir que todas as notas fiscais de serviços e Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) estejam completas e contenham todas as informações necessárias, incluindo atestados de prestação de serviços.
5. **Correção de Inconsistências em Solicitações de Despesa:** Revisar e corrigir inconsistências nas solicitações de despesa feitas pelas secretarias municipais, focando em detalhamento adequado, enquadramento orçamentário correto e completa identificação dos bens ou serviços a serem adquiridos ou contratados.
6. **Aprimoramento dos Processos de Concessão de Diárias:** Exigir documentação completa e justificativa detalhada para cada concessão de diária, esclarecendo o propósito da viagem, a relevância para a administração pública e o benefício para a sociedade.
7. **Capacitação de Pessoal em Procedimentos de Despesa:** Realizar treinamentos e capacitações para os servidores envolvidos nos processos de despesa, incluindo compras, licitações e contabilidade, para assegurar a correta aplicação das normas legais e melhorar a eficiência dos processos.
8. **Monitoramento Contínuo e Auditorias Regulares:** Implementar um regime de monitoramento contínuo e auditorias regulares dos processos de despesa, para identificar e corrigir rapidamente quaisquer irregularidades ou ineficiências.
9. **Fomento à Tempestividade nas Publicações Oficiais:** Incentivar e garantir a tempestividade nas publicações oficiais, especialmente em atos de pessoal, contratações públicas e decretos de crédito suplementar e alterações orçamentárias, para cumprir com os requisitos legais de validade.
10. **Estratégias de Pagamento de Restos a Pagar:** Desenvolver e implementar estratégias eficientes para a gestão e pagamento de Restos a Pagar, tanto processados quanto não processados, para otimizar a utilização dos recursos e a saúde fiscal do município.

Estas recomendações visam melhorar a gestão e a eficácia dos processos de despesa pública, garantindo conformidade legal, transparência e responsabilidade fiscal no Município de Formosa do Rio Preto.

3.14 Receita

3.14.1 Receita Orçamentária

De acordo com a Lei nº 308/2022, a receita orçamentária total foi estimada em **R\$ 246.000.000,00** (duzentos e quarenta e seis milhões de reais). Ao término do mês sob análise, a arrecadação efetiva alcançou **R\$ 229.656.724,12**, representando aproximadamente **93,36%** do valor total previsto no orçamento. Esta performance é detalhada no demonstrativo a seguir.

Código	Descrição da Rubrica	Previsto	Arrecadado no Mês	Arrecadado até Mês
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	278.389.000,00	23.221.325,13	269.637.438,69
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.153.000,00	939.313,43	24.085.286,78
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	700.000,00	18.799,00	177.568,28
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	1.696.000,00	265.122,52	2.922.875,36
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	1.890.000,00	5.556,89	110.321,57
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	257.858.000,00	21.980.460,05	241.254.166,82
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	92.000,00	12.073,24	1.087.219,88
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	10.391.000,00	36,36	590.891,69
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	5.900.000,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	100.000,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	4.381.000,00	0,00	564.974,79
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	10.000,00	36,36	25.916,90
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Deduções	-42.780.000,00	-3.443.284,69	-40.571.606,26
9.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Deduções FUNDEB	-42.780.000,00	-3.443.284,69	-40.571.606,26
TOTAL GERAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		246.000.000,00	19.778.076,80	229.656.724,12

Sendo que a receita arrecadada no mês em referência, foi de **R\$ 19.778.076,80**, conforme exposto acima.

3.14.2 Ingresso Extraorçamentário

Foi constatado que o valor dos ingressos extraorçamentários apresentados no mês em questão, conforme Balancete extraído do SIAFIC, descontados os relativos ao legislativo municipal foram de: **R\$ 2.176.310,01**.

Assim, verifica-se que as retenções obrigatórias em pagamentos efetuados a fornecedores estão sendo realizadas de forma regular, conforme demonstrativo da receita e que as referidas informações têm sido acompanhadas cotidianamente pela Controladoria Geral, quando da consulta junto ao SIAFIC, e em conferência processual realizado pelo critério de “por amostragem”.

3.15 Observância dos Limites Constitucionais e Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

3.15.1 Do Cumprimento dos Limites Constitucionais

3.15.1.1 Art. 212 da CRFB – Aplicação em Educação

Ao final do mês em referência, o Executivo Municipal alcançou o percentual de **41,47%** da receita arrecadada no mês, em relação ao atendimento do artigo 212 da Constituição Federal. De acordo com os dados informados, o Município aplicou valor **SUPERIOR** ao mínimo exigido de 25%, portanto atingindo o limite constitucional no mês em análise, em atendimento ao artigo Constitucional supracitado, conforme a seguir:

ANO: 2023	APLICAÇÃO DO ÍNDICE - EDUCAÇÃO									SALDO EM CONTA		
	RECEITAS DE IMPOSTOS	RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS	Mínimo a Aplicar (25% das Receitas)	Total de Receitas Transf. ao FUNDEB	Despesas - MIDE - Rec. de Impostos (Liquidadas)	TOTAL APLICADO (R\$)	Déficit / Superávit	APLICADO (%)	Data do Saldo	FUNDEB	MDE	
Coluna1	Coluna2	Coluna3	Coluna4	Coluna5	Coluna6	Coluna7	Coluna8	Coluna9	Coluna1	Coluna2	Coluna3	
JANEIRO	1.157.292,52	15.392.306,01	4.137.399,63	3.060.999,93	4.408.228,89	7.469.228,82	3.331.829,19	45,13%	31/jan.	2.828.625,52	254.897,25	
FEVEREIRO	960.187,76	16.333.192,24	4.323.345,00	3.254.186,46	2.047.752,43	5.301.938,89	978.593,89	30,66%	28/fev	2.546.940,30	308.942,23	
MARÇO	1.480.057,39	15.657.611,48	4.284.417,22	3.116.090,34	2.717.453,59	5.833.543,93	1.549.126,71	34,04%	31/mar.	2.565.301,04	184.923,83	
ABRIL	1.390.169,32	16.810.836,03	4.550.251,34	3.345.715,67	3.110.167,03	6.455.882,70	1.905.631,36	35,47%	30/abr	1.926.053,18	660.087,84	
MAIO	2.161.242,16	21.935.274,48	6.024.129,16	4.372.260,63	3.334.940,31	7.707.200,94	1.683.071,78	31,98%	31/mai.	2.021.019,01	905.891,08	
JUNHO	2.652.877,22	16.611.687,20	4.816.141,11	3.303.889,47	3.526.389,15	6.830.278,62	2.014.137,52	35,46%	30/jun	1.529.217,74	354.457,69	
JULHO	3.768.683,03	19.252.970,31	5.755.413,34	3.523.964,21	4.050.255,07	7.574.219,28	1.818.805,95	32,90%	31/jul.	1.294.855,08	125.985,53	
AGOSTO	2.291.666,67	18.759.771,73	5.262.859,60	3.737.035,73	3.121.680,34	6.858.716,07	1.595.856,47	32,58%	31/ago	1.699.304,91	229.341,10	
SETEMBRO	3.372.372,92	18.046.178,03	5.354.637,74	3.589.901,11	2.724.829,40	6.314.730,51	960.092,77	29,48%	30/set	927.052,33	131.374,50	
OUTUBRO	2.677.350,91	29.229.386,12	7.976.684,26	5.824.278,02	4.784.555,45	10.608.833,47	2.632.149,21	33,25%	31/out	1.048.184,66	70.772,70	
NOVEMBRO	921.611,27	17.304.912,78	4.556.631,01	3.443.284,69	4.114.442,13	7.557.726,82	3.001.095,81	41,47%	30/nov.	1.158.945,92	52.641,31	
SOMA	22.833.511,17	205.334.126,41	57.041.909,40	40.571.606,26	37.940.693,79	78.512.300,05	21.470.390,66	34,41%				
Atualizado em 12/12/2023								Percentual a maior ==>	9,41%			

3.15.1.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Lei 14.113/2020

A Resolução TCM nº 1.251/07 estabeleceu no art. 21 a obrigatoriedade de emissão pelo Controle Interno, de relatório mensal sobre o cumprimento dos índices de aplicação estabelecidos na legislação específica do FUNDEB. Em consonância ao ditame legal referendado, a Controladoria Municipal da Pref. Mun. Formosa do Rio Preto apurou os seguintes dados:

Durante mês em curso, o Executivo Municipal realizou despesas na remuneração dos servidores do FUNDEB 70%, que corresponde ao índice de **88,29%** das receitas, de acordo com os dados informados, o Município aplicou um valor **SUPERIOR** ao mínimo exigido de 70%, de acordo com o que determina a Lei nº 14.113/2020, conforme demonstrado a seguir:

ANO: 2023	APLICAÇÃO DO ÍNDICE - APURAÇÃO DO FUNDEB						SALDO EM CONTA			
	RECEITAS DO FUNDEB	DESPESAS FUNDEB 70% (Liquidadas)	DESPESAS FUNDEB 30% (Liquidadas)	Mínimo a Aplicar	Déficit / Superávit 70%	FUNDEB 70 APLICADO (%)	FUNDEB 30 APLICADO (%)	Data do Saldo	FUNDEB	
JANEIRO	2.752.015,61	478.028,44	0,00	1.926.410,93	-1.448.382,49	17,37%	0,00%	31/jan.	2.828.625,52	
FEVEREIRO	2.245.685,08	2.527.144,82	0,00	1.571.979,56	955.165,26	112,53%	0,00%	28/fev	2.546.940,30	
MARÇO	1.925.150,19	2.543.091,30	0,00	1.347.605,13	1.195.486,17	132,10%	0,00%	31/mar.	2.565.301,04	
ABRIL	1.918.558,52	2.557.854,78	0,00	1.342.990,96	1.214.863,82	133,32%	0,00%	30/abr	1.926.053,18	
MAIO	2.363.381,02	2.417.553,05	0,00	1.654.366,71	763.186,34	102,29%	0,00%	31/mai.	2.021.019,01	
JUNHO	2.049.278,82	2.311.675,20	0,00	1.434.495,17	877.180,03	112,80%	0,00%	30/jun	1.529.217,74	
JULHO	1.982.672,27	2.197.340,26	0,00	1.387.870,59	809.469,67	110,83%	0,00%	31/jul.	1.294.855,08	
AGOSTO	2.160.524,48	2.252.939,25	0,00	1.512.367,14	740.572,11	104,28%	0,00%	31/ago	1.699.304,91	
SETEMBRO	1.980.654,55	2.283.691,05	0,00	1.386.458,19	897.232,87	115,30%	0,00%	30/set	927.052,33	
OUTUBRO	2.085.446,74	2.085.121,81	0,00	1.459.812,72	625.309,09	99,98%	0,00%	31/out	1.048.184,66	
NOVEMBRO	2.349.665,47	2.074.499,26	0,00	1.644.765,83	429.733,43	88,29%	0,00%	30/nov.	1.158.945,92	
SOMA	23.813.032,75	23.728.939,22	0,00	16.669.122,93	7.059.816,30	99,65%	0,00%			
Atualizado em 12/12/2023						Percentual a maior ==>	29,65%			

3.15.1.3 Aplicação Serv. Públicos de Saúde - LC 141/2012

No mês em curso, o Executivo Municipal efetuou despesas com a função Saúde, que corresponde ao índice de **21,65%** das receitas, de acordo com os dados informados, o Município aplicou um valor **SUPERIOR** ao mínimo exigido de 15%, de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 141/2012, em atendimento ao dispositivo Constitucional supracitado, conforme demonstrado a seguir:

ANO: 2023	APLICAÇÃO DO ÍNDICE - SAÚDE					SALDO EM CONTA		
	RECETAS DE IMPOSTOS E TRANSF. CONSTITUCIONAIS	DESPESAS ASPS - 15% (Liquidada)	Mínimo a Aplicar	APLICADO (R\$)	Déficit / Superávit	APLICADO (%)	Data do Saldo	FMS - SAÚDE 15%
JANEIRO	16.549.598,53	2.128.883,12	2.482.439,78	2.128.883,12	-353.556,66	12,86%	31/jan.	784.743,61
FEVEREIRO	17.293.380,00	3.105.122,68	2.594.007,00	3.105.122,68	511.115,68	17,96%	28/fev.	480.969,22
MARÇO	17.137.668,87	3.325.906,08	2.570.650,33	3.325.906,08	755.255,75	19,41%	31/mar.	51.039,96
ABRIL	18.201.005,35	3.809.518,55	2.730.150,80	3.809.518,55	1.079.367,75	20,93%	30/abr.	351.779,97
MAIO	24.096.516,64	4.081.712,23	3.614.477,50	4.081.712,23	467.234,73	16,94%	31/mai.	879.087,44
JUNHO	19.264.564,42	4.068.878,85	2.889.684,66	4.068.878,85	1.179.194,19	21,12%	30/jun.	20.036,17
JULHO	21.472.307,00	4.685.577,97	3.220.846,05	4.685.577,97	1.464.731,92	21,82%	31/jul.	161.865,11
AGOSTO	21.051.438,40	4.161.946,04	3.157.715,76	4.161.946,04	1.004.230,28	19,77%	31/ago.	160.495,67
SETEMBRO	21.035.057,74	4.022.420,73	3.155.258,66	4.022.420,73	867.162,07	19,12%	30/set.	45.971,38
OUTUBRO	31.906.737,03	5.314.471,97	4.786.010,55	5.314.471,97	528.461,42	16,66%	31/out.	662.817,15
NOVEMBRO	18.226.524,05	3.946.761,28	2.733.978,61	3.946.761,28	1.212.782,67	21,65%	30/nov.	9.012,89
SOMA	226.234.798,03	42.651.199,50	33.935.219,70	42.651.199,50	8.715.979,80	18,85%		
Atualizado em 12/12/2023						Percentual a maior =====>		3,85%

3.15.1.4 Despesas com Pessoal – Art. 18 a 22 da LC 101/2000 – LRF

No decorrer do mês em análise, no setor pessoal não foi constatado irregularidade quanto aos registros funcionais e financeiros dos servidores. Os mesmos, são individualizados e os dados estão contidos no sistema informatizado de folha de pagamento, em funcionamento no setor pessoal, onde eletronicamente são mantidos todos os dados pessoais, atos e data de admissão, cargos que ocupam e funções exercidas, onde estão lotados, histórico de suas remunerações desde sua admissão.

O art. 19 da Lei Complementar nº 101 estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração não poderá exceder, no caso dos Municípios, o percentual de 60% da receita corrente líquida, sendo 54% referente ao Poder Executivo e 6% ao Legislativo.

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs o limite de **54,00%**, para as Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Município. No mês em análise, o Executivo Municipal apurou **37,52%**, portanto abaixo do limite de alerta que é de **48,60%**, e no acumulado do exercício o índice apurado é de **41,29%**, permanecendo abaixo do limite de alerta que é de **48,60%**, em atendimento a legislação. Conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	nov23	Acumulado no exercício
Total da Receita Corrente Líquida (A)	R\$19.778.040,44	R\$229.065.832,43
Limite Legal = 54% (B)	R\$10.680.141,84	R\$123.695.549,51
Limite Prudencial = 51,30% (C)	R\$10.146.134,75	R\$117.510.772,04
Limite de Alerta = 48,60% (D)	R\$9.612.127,65	R\$111.325.994,56
Total da Despesa com Pessoal no exercício (E).	R\$9.478.591,97	R\$95.884.228,66
(F) ÍNDICE APURADO (E / A)	47,92%	41,86%

PESSOAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	PERÍODO / COMPETENCIA	
	nov23	Acumulado no exercício
A - RECEITAS		
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	939.313,43	24.085.286,78
Receitas de Contribuições	18.799,00	177.568,28
Receita Patrimonial	265.122,52	2.922.875,36
Receita de Serviços	5.556,89	110.321,57
Transferências Correntes	21.980.460,05	241.254.166,82
Outras Transferências Correntes	12.073,24	1.087.219,88
Receitas Intra-Orçamentárias de Contribuição Previdenciária RPPS	0,00	0,00
(-) Deduções	-3.443.284,69	-40.571.606,26
TOTAL RECEITAS (A) =	19.778.040,44	229.065.832,43

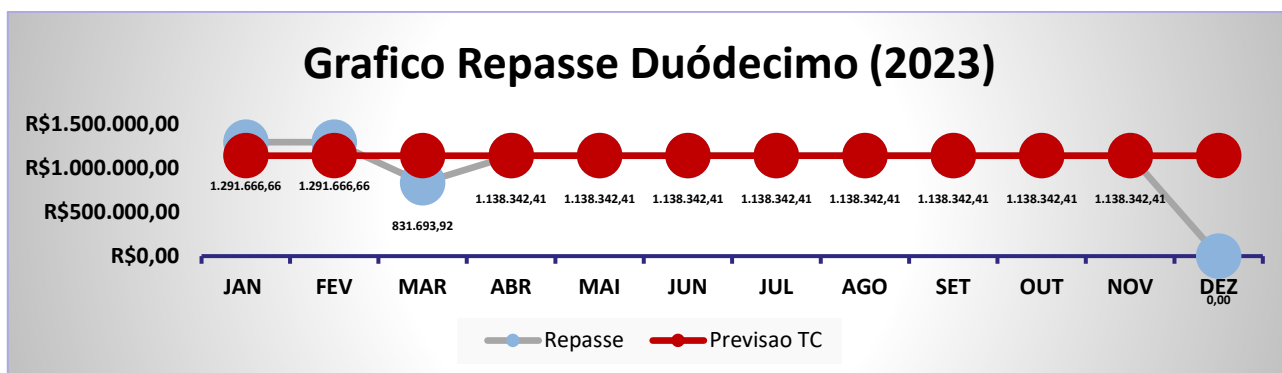
B - DESPESAS	nov23	Acumulado no exercício
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Contratação por Tempo Determinado	802.905,45	5.806.960,94
Outros Benefícios Beneficiários	0,00	0,00
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	5.007.060,01	52.814.727,99
Obrigações Patronais - RGPS	1.248.626,30	12.413.034,14
Prestadores de Serviços	2.420.000,21	24.849.505,59
TOTAL DESPESAS (B) =	9.478.591,97	95.884.228,66
Valor dos 54%	10.680.141,84	123.695.549,51
Percentual Aplicado	47,92%	41,86%
SUPERÁVIT/DÉFICIT (R\$)	1.201.549,87	27.811.320,85
SUPERÁVIT/DÉFICIT (%)	6,08%	12,14%

3.15.1.5 Art. 29-A da Constituição Federal – Duodécimo

O art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os percentuais definidos relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior.

Valor estabelecido conforme TCM/BA: REPASSE MENSAL: R\$ 1.138.342,41 e REPASSE ANUAL: R\$ 13.660.108,93

No decorrer do mês em análise, o Executivo Municipal transferiu ao Legislativo por conta da obrigatoriedade prevista na Emenda Constitucional nº 58, recursos no montante de R\$ 1.138.342,41, atendendo dessa forma, o dispositivo constitucional, conforme demonstrado a seguir:



Descrição	Valor do Mês	Acumulado
(A) Valor Previsto na LOA	R\$1.291.666,67	R\$15.500.000,00
(B) Valor Previsto pelo TC*	R\$1.138.342,41	R\$13.660.108,93
(C) Valor Transferido no mês	R\$1.138.342,41	R\$12.521.766,52
(D) = Margem (-) / Excesso (+) ref. LOA	-R\$153.324,26	-R\$2.978.233,48
(E) = Margem (-) / Excesso (+) ref. TC	R\$0,00	-R\$1.138.342,41

Entre os valores de (A) e (B), prevalece o menor valor como limite.
* Valor Máximo p/ o exercício de 2023

Verifica-se o cumprimento da exigência legal, haja vista a compatibilidade do valor efetivamente repassado, com o total repassado abaixo do limite máximo estabelecido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA.

3.15.2 Dos Relatórios da LRF

3.15.2.1 Dos Relatórios Exigidos pela LC 101/00

Das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal e Publicidade – Artigos 6º e 7º da Resolução nº 1.065/05.

A Lei Complementar nº 101, 04 de junho de 2000, popularmente denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu, nos seus artigos 52 a 55, a obrigatoriedade de confecção e publicação do Relatórios Resumido de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, após, no máximo, após 30 dias do encerramento de cada bimestre e quadrimestre, respectivamente.

No que concerne à transparência, constata-se que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal atinentes ao ano de 2023 foram publicados no Diário Oficial do Município de Formosa do Rio Preto dentro dos prazos legais, podendo ser acessado através do endereço eletrônico <http://portaldatransparencia.formosadoriopreto.ba.gov.br/rreo/>; <http://portaldatransparencia.formosadoriopreto.ba.gov.br/rgf/>

RELATÓRIO	DATA PUBLICAÇÃO	EDIÇÃO DIÁRIO OFICIAL
RREO – 1º BIMESTRE DE 2023	29/03/2023	564 - ANO 2023
RREO – 2º BIMESTRE DE 2023	30/05/2023	615 - ANO 2023
RREO – 3º BIMESTRE DE 2023	28/07/2023	673 - ANO 2023
RREO – 4º BIMESTRE DE 2023	25/09/2023	719 - ANO 2023
RREO – 5º BIMESTRE DE 2023	24/11/2023	759 - ANO 2023
RGF – 1º QUADRIMESTRE DE 2023	30/05/2023	615 - ANO 2023
RGF – 2º QUADRIMESTRE DE 2023	25/09/2023	719 - ANO 2023

3.15.2.2 Das Audiências Públicas

A Controladoria acompanha as solicitações das Audiências Públicas bem como, as apresentações que ocorrem por meio das atas, ou através do canal de comunicação, tendo as mesmo ocorrido parcialmente dentro dos prazos determinados pelo § 4º do art. 9º da Lei Complementar.

A última audiência pública foi realizada no dia 27/09/2023, no auditório da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto, a audiência pública de prestação de contas referente ao 2º Quadrimestre de 2023, conforme determina a legislação vigente.

(<https://formosadoriopreto.ba.gov.br/noticias/prefeitura-de-formosa-convida-populacao-para-audiencia-publica-de-prestacao-de-contas-do-2o-quadrimestre-de-2023/>)

Em atendimento ao determinado no art. 48, § 1º, inciso I da LC 101/2000, foi realizada audiência pública no dia 27/04/2023, no auditório da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, conforme determina a legislação supracitada. (<https://formosadoriopreto.ba.gov.br/noticias/prefeitura-de-formosa-convida-populacao-para-audiencia-publica-da-ldo-2024/>)

Em atendimento ao determinado no art. 48, § 1º, inciso I da LC 101/2000, foi realizada audiência pública no dia 16/08/2023, no auditório da Câmara Municipal de Formosa do Rio Preto, para participação popular no processo de construção da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, conforme determina a legislação supracitada.

(<https://formosadoriopreto.ba.gov.br/noticias/prefeitura-de-formosa-convida-populacao-para-audiencia-publica-loa-2024/>)

(<https://formosadoriopreto.ba.gov.br/noticias/prefeitura-de-formosa-promoveu-audiencia-publica-sobre-loa-2024/>)

<http://portaldatransparencia.formosadoriopreto.ba.gov.br/audiencias-publicas/>.

3.16 Gestão Governamental

3.16.1 Avaliação das Metas Do Plano Plurianual

De acordo com disposição inserta no **art. 74** da Carta Magna Nacional, compete ao sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos.

Nesse sentido, a Controladoria buscou proceder com a análise das informações constantes do demonstrativo da despesa orçamentária obtido através do sistema de contabilidade, tendo em vista a indisponibilidade das informações qualitativas nos relatórios encaminhados de forma mensal pelas diversas Secretarias Municipais.

O Controle Interno tem focado seus esforços na busca da Excelência das práticas e procedimentos quando da elaboração dos instrumentos de planejamento, ou seja, a conformidade a critérios e padrões de qualidade/excelência para a realização dos processos, atividades e projetos na busca da melhor execução, economicidade e efetividade da função pública.

Ao focarmos esta dimensão, alertamos sistematicamente à todas as partes envolvidas sobre a importância da qualidade das informações inseridas nos programas que compõem o PPA, tais como: Definição do Problema, Objetivo, Público-alvo, Justificativa, Estratégia de Implementação e, principalmente, Indicadores de Desempenho. Para, além disso, foi orientado aos gestores a integração do PPA com os demais planos já constituídos.

Constatamos da análise dos 13 (treze) programas de governo executados em relação as metas estabelecidas na PPA/LDO para o exercício em análise, que a maioria dos programas foram executados de maneira eficiente, ora oscilando para mais ou para menos.

3.16.1.1 Avaliação Execução Plano Plurianual – PPA (2022 – 2025)

Esta Controladoria Geral verificou que, no exercício fiscal de 2021, procedeu-se à formalização do planejamento de longo prazo por intermédio do Plano Plurianual (PPA). Este plano detalha os objetivos e metas administrativos destinados a orientar ações que incidem sobre as despesas de capital, bem como outras despesas decorrentes e as associadas a programas de natureza contínua. Para o quadriênio de 2022 a 2025, o PPA foi legitimado pela Câmara Municipal de Vereadores e recebeu sanção do Poder Executivo, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 287/2021, com publicação oficial no Diário Oficial do Município em 07 de dezembro de 2021, disponível para consulta no Diário Oficial Próprio – DOP. ([link direto para acesso ao PPA no DOM](#))

No curso do mês atual, procedeu-se à avaliação dos programas estabelecidos pelo PPA, com a execução prevista para o período em análise. Os programas avaliados são os seguintes:

Código	Programa	Meta Financeira (2022 - 2025)	Executado até esse Período (Liquidada)	%
001	ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GESTAO LEGISLATIVA.	43.575.000,00	22.917.177,66	52,59%
002	GESTÃO RESPONSÁVEL E PARTICIPATIVA	10.316.900,00	3.945.793,74	38,25%
003	GESTÃO PARA RESULTADOS	60.054.650,00	29.810.169,55	49,64%
004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	174.374.700,00	129.672.417,44	74,36%
005	PRATICANDO ESPORTE E QUALIFICA JOVEM	9.408.050,00	4.644.418,58	49,37%
006	NATUREZA SUSTENTÁVEL	6.424.200,00	3.240.053,14	50,44%
007	TRANSFORMANDO FORMOSA CIDADE MELHOR PARA SE VIVER	94.810.900,00	79.174.018,43	83,51%
008	INOVA FORMOSA	11.043.150,00	1.322.007,56	11,97%
009	CIDADE INCLUSIVA	26.788.250,00	18.673.340,37	69,71%
010	TRANSPORTE COM QUALIDADE E SEGURANÇA	16.006.550,00	17.183.454,58	107,35%
011	FORMOSA CULTURAL / PORTAL DO TURISMO	8.636.150,00	7.139.904,83	82,67%
012	FORMOSA PRODUTIVA	31.149.900,00	30.818.775,07	98,94%
013	MAIS SAÚDE	161.107.150,00	102.890.821,73	63,86%
TOTAL - 13		653.695.550,00	451.432.352,69	69,06%

Análise dos Programas do PPA:

Durante o mês corrente, foi realizada uma análise detalhada dos programas incluídos no PPA, focando na execução orçamentária até novembro de 2023. A análise revela que:

- **Execução Orçamentária Global:** O total executado até novembro de 2023 alcançou 69,06% da meta financeira estabelecida para o período do PPA.
- **Desempenho por Programa:**
 - Alguns programas, como "Transporte com Qualidade e Segurança", excederam suas metas financeiras, com uma execução de 107,35%.
 - Em contraste, o programa "Inova Formosa" apresentou um desempenho consideravelmente abaixo da expectativa, com apenas 11,67% de execução.
 - Programas essenciais como "Mais Saúde" e "Educação para Todos" mostraram execuções significativas de 63,86% e 74,36%, respectivamente, indicando um foco nas áreas de saúde e educação.

Considerações e Recomendações:

- A execução de programas com desempenho abaixo do esperado deve ser cuidadosamente analisada para identificar causas e definir estratégias de melhoria.
- Para programas com execução acima do previsto, deve-se avaliar a eficácia do gasto e considerar ajustes orçamentários futuros.
- A análise sugere a necessidade de monitoramento contínuo e avaliações periódicas para assegurar a aderência aos objetivos do PPA.

Conformidade e Documentação:

- A documentação e os procedimentos seguidos estão em conformidade com os requisitos legais, como evidenciado pela aprovação da Lei Municipal e pela publicação no Diário Oficial.

- É imperativo que todas as ações e ajustes orçamentários estejam devidamente documentados e publicados, mantendo a transparência e a prestação de contas.

Conclusão:

- A execução do PPA até novembro de 2023 reflete um empenho significativo no cumprimento das metas estabelecidas, com variações notáveis entre os programas.
- As estratégias de execução devem ser revisadas para assegurar que todos os programas atinjam seus objetivos até o final da vigência do PPA em dezembro de 2025.

Esta análise deve ser utilizada como uma ferramenta para a tomada de decisões informadas e para o aprimoramento contínuo da gestão orçamentária do município.

3.16.1.2 Avaliação Execução LOA 2023 X PPA (2022 – 2025)

Durante o mês corrente, foram avaliados **13** Programas constantes do PPA, previstos sua execução neste Exercício. Foram eles:

Código	Programa	Meta Financeira (2023)	Executado até o Mês (Liquidada)	%
001	ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GESTAO LEGISLATIVA.	15.500.000,00	12.417.682,87	80,11%
002	GESTÃO RESPONSÁVEL E PARTICIPATIVA	2.746.000,00	1.998.316,20	72,77%
003	GESTÃO PARA RESULTADOS	19.271.000,00	14.448.198,23	74,97%
004	EDUCAÇÃO PARA TODOS	55.699.000,00	64.558.644,45	115,91%
005	PRATICANDO ESPORTE E QUALIFICA JOVEM	2.319.000,00	2.451.315,10	105,71%
006	NATUREZA SUSTENTÁVEL	1.973.000,00	1.577.149,94	79,94%
007	TRANSFORMANDO FORMOSA CIDADE MELHOR PARA SE VIVER	56.975.000,00	44.953.925,72	78,90%
008	INOVA FORMOSA	2.681.000,00	661.329,05	24,67%
009	CIDADE INCLUSIVA	12.840.000,00	10.352.951,81	80,63%
010	TRANSPORTE COM QUALIDADE E SEGURANÇA	7.442.000,00	8.570.278,47	115,16%
011	FORMOSA CULTURAL / PORTAL DO TURISMO	5.620.000,00	3.427.666,21	60,99%
012	FORMOSA PRODUTIVA	13.061.000,00	15.137.284,18	115,90%
013	MAIS SAÚDE	49.873.000,00	49.330.087,65	98,91%
TOTAL - 13		246.000.000,00	229.884.829,88	93,45%

A visão geral dos dados da execução dos programas do PPA até novembro de 2023 indica que a maioria dos programas está progredindo em direção às metas estabelecidas para o ano, com uma execução geral de 93,45%. Isso sugere que, de forma agregada, os programas estão sendo executados de maneira relativamente eficiente. No entanto, existem variações significativas na execução entre os diferentes programas.

Contexto Temporal: Os números refletem a execução orçamentária até novembro de 2023. Isso significa que os valores executados são relativos a 11 meses de atividade, em um exercício fiscal de 12 meses.

Análise da Execução Orçamentária:

- **Cumprimento das Metas:** Alguns programas, como "Educação para Todos" (115,91%) e "Formosa Produtiva" (115,90%), já ultrapassaram suas metas anuais. Este fato pode sugerir que a demanda pelos serviços oferecidos por esses programas foi maior do que o antecipado, ou que os recursos foram liberados mais rapidamente do que planejado.

- **Programas Abaixo da Meta:** O programa "Inova Formosa" apresenta apenas 24,67% da execução, o que pode indicar atrasos significativos ou uma reavaliação das necessidades do programa.

Análise Percentual: No geral, 93,45% da meta financeira para o ano de 2023 foi realizada em 11 meses. Se compararmos com o tempo decorrido do ano (aproximadamente 91,67%), podemos considerar que a execução orçamentária está ligeiramente acima do esperado.

Implicações para a Revisão Orçamentária:

- **Ajustes:** Programas que estão significativamente acima ou abaixo de suas metas podem precisar de ajustes, seja no remanejamento de recursos ou na revisão de suas estratégias de execução.
- **Análise de Causas:** Para os programas com execução abaixo do esperado, é importante analisar as causas dos atrasos e entender se são devido a fatores internos ou externos.

Planejamento para o Restante do Ano:

- **Projeções de Final de Ano:** Avaliar se a tendência atual de execução permitirá que os programas alcancem suas metas até o final do ano.
- **Gestão de Expectativas:** Para os programas que já ultrapassaram a meta, considerar o impacto disso nas expectativas e planejamento para o próximo ano.

Recomendações Finais:

- **Acompanhamento:** Continuar monitorando a execução no último mês do ano.
- **Relatórios e Análises:** Preparar relatórios de desempenho que detalhem os motivos das variações, tanto positivas quanto negativas.

Esta análise evidencia a importância de um acompanhamento detalhado da execução orçamentária para garantir o alinhamento com as metas estabelecidas e permite a tomada de decisões baseadas em dados concretos para a gestão eficiente dos recursos públicos.

3.17 Precatórios

Concluída uma revisão meticulosa dos dados financeiros, orçamentários e contábeis do Município de Formosa do Rio Preto/BA, concernentes ao período abordado e vigentes até a data atual, constatamos a ausência de pendências em registros ou obrigações financeiras atinentes à emissão, quitação ou provisionamento de precatórios. Este panorama reflete a regularidade e a conformidade da gestão municipal com as responsabilidades judiciais vigentes, assegurando a integridade das operações fiscais do município até o momento presente.

4 Transparência Pública Municipal

O Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto é uma ferramenta de participação da sociedade no controle das ações da Prefeitura. Por meio do Portal que é totalmente didático, é possível a sociedade

entender o que está sendo apresentado e assim poder fiscalizar se os recursos estão sendo utilizados como deveria. O objetivo do portal é dar transparência aos recursos públicos, permitindo que o cidadão acompanhe todas as despesas e receitas que a prefeitura executa para o bem-estar da sociedade, contribuindo para diminuição da distância entre a sociedade e o governo.

A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

A Controladoria Geral avaliou o Portal da transparência do município. Os requisitos avaliados foram os instrumentos de transparência de gestão fiscal, os detalhamentos das receitas e despesas, os procedimentos licitatórios e a acessibilidade das informações, conforme Demonstrativo de Avaliação do Portal da Transparência Pública. Assim Formosa do Rio Preto trabalha para que seja atingida a plena eficácia da transparência pública, embora que ainda haja pontos cruciais a serem melhorados, principalmente no tocante da tempestividade das informações, com destaque para os grupos de licitações, ouvidoria e SIC.

Quanto mais informações analíticas os órgãos públicos disponibilizarem a sociedade, maior será a capacidade crítica dos cidadãos e das organizações civis para julgarem os governos e seus agentes.

O **Portal da Transparência Municipal** de Formosa do Rio Preto - BA atende em grande parte às determinações da Lei Complementar nº 131/2009, inclusive da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e no Decreto Federal nº 7.185/2010.

Endereço eletrônico Prefeitura de Formosa do Rio Preto:	Portal Oficial	https://formasadoriopreto.ba.gov.br/
Endereço eletrônico da Transparência:	Portal da	http://portaldatransparencia.formasadoriopreto.ba.gov.br/

5 Ações de Controle e Resultados

Os pontos apresentados neste Relatório representam uma síntese de todas as ações efetuadas pelo Sistema de Controle, em observância ao que determina a Resolução TCM de nº 1120/05, em especial os seus arts. 11 e 12. Observa-se que a maioria dos pontos de acompanhamento dessa resolução constitui informes mensais do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria - SIGA que são avaliados mensalmente pelo sistema de controle.

Para atendimento aos pontos trazidos pelos artigos 11 e 12 da Resolução acima citada, observa-se que o município, por iniciativa do órgão de Controle Interno, tem buscado estabelecer as obrigações dos servidores quanto à alimentação do SIGA, definindo as responsabilidades por setor e identificando os responsáveis pelo acompanhamento e controle das informações disponibilizadas. O Controle Interno, por sua vez, também efetua os testes necessários à verificação dos controles através da conferência das informações disponibilizadas, e, a depender das respostas obtidas iniciam-se processos mais aprofundados de análise.

Destaca-se ainda que o Controle interno Municipal vem promovendo constantes orientações visando à melhoria da eficiência e eficácia administrativa, incluindo-se a revisão de rotinas, procedimentos, bem como a atualização e criação de normativas necessárias ao aprimoramento dos processos.

A Controladoria deste Executivo Municipal desenvolveu suas atividades diariamente de modo corriqueiro e tempestivo, para que fossem atendidas de forma exclusiva as exigências que ela requer dentro de sua regulamentação; sendo que todos os procedimentos adotados foram no sentido de orientação aos servidores sobre as normas e

maneiras corretas de realização do serviço público e posterior verificação, através de inspeções, da forma de como estava sendo desenvolvidos os trabalhos.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento dos trabalhos do Sistema de Controle Interno, se dá no tocante a falta de continuidade dos trabalhos permanentes de algumas áreas desta municipalidade, onde a estrutura do controle interno não há servidores efetivos de exclusividade da unidade. Com isso há prejuízo ao ritmo de ações efetivas e a serem implementadas ao sistema, já que muitas informações se perdem ao longo dos períodos.

Ao longo do tempo esta unidade de controle tem se esforçado em entender e identificar os gargalos da administração municipal, onde pôde-se constatar a necessidade de melhorias do rito processual, investimento em recursos tecnológicos com o intuito de mitigar as falhas e buscar melhorias nas rotinas de controle e transparência pública. Sobre este tema, com o propósito de buscar o resultado desejado, esta municipalidade foi participante do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC idealizado pela Rede de Controle da Gestão Pública, cuja participação pode ser confirmada através do endereço eletrônico: www.rededecontrole.gov.br/verifique-adesao-pnpc.

Ao participar do programa, conseguimos ter a dimensão do quanto precisamos avançar nas melhores práticas de controle, avaliação, prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento. Onde todos os mecanismos juntos, irão consolidar a integridade necessária à esta municipalidade.

Ciente das dificuldades encontradas, sejam elas estruturais, materiais e humanas (escassez mão de obra), não devemos nos abster de buscar aplicar a eficiência necessária. Onde a eficiência na administração pública consiste em: *“realizar as operações com menos recursos, menos tempo, menor orçamento, menos pessoas, menos insumos, etc..”*.

Listamos abaixo algumas ações desenvolvidas, bem como achados e recomendações proferidas por este Controle Interno no desenvolvimento de suas atividades:

Comunicações Técnicas para diversos setores da Administração Pública municipal, como meio de normatização e orientação de procedimentos a serem adotados para melhoria da gestão dentre as quais destacam-se:

- ✓ Acompanhamento Permanente junto ao CACS/FUNDEB, ao CMS, prestando total suporte e apresentação dos resultados financeiros para ambos os conselhos do Controle Social.
- ✓ Apoio Institucional aos diversos setores da administração pública, principalmente aqueles participantes do rito processual da execução orçamentária.
- ✓ Acompanhamento mensal quanto à aplicação dos índices constitucionais e daqueles exigidos pela LRF;
- ✓ Validação das informações contábeis enviadas ao SIGA de modo que estas espelhem fidedignamente as informações dos documentos contábeis;
- ✓ Verificação da consistência dos dados contidos nos relatórios de Gestão Fiscal, bem como o acompanhamento das Audiências Públicas.
- ✓ Validação das informações contábeis enviadas ao SIGA de modo que estas espelhem fidedignamente as informações dos documentos contábeis, bem como acompanhamento do relatório de pendências extraído do sistema SIGA, a fim de sanar inconsistências junto aos setores responsáveis.
- ✓ Gerenciamento do sistema de prestação de contas eletrônica – e-TCM e SIGA.
- ✓ Análise de verificação por amostragem em processos de pagamentos diversos como meio de realização do controle concomitante.
- ✓ Apoio e Fiscalização de contratos, junto ao setor de Gestão de Contratos.
- ✓ Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no Sistema Contábil.
- ✓ Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no SIAFIC;
- ✓ Exame nos documentos de receitas;
- ✓ Exame de controles de material permanente (incorporação de bens);
- ✓ Exame de controle de material de consumo;

- ✓ Exames de procedimentos licitatórios e respectivos contratos e termos aditivos;
- ✓ Análise no cumprimento as normas da lei de responsabilidade Fiscal;
- ✓ Análise de Empenhos, bem como seus respectivos docs;
- ✓ Análise de Folhas de Pagamento;
- ✓ Avaliação do Portal da Transparência
- ✓ Monitoramento dos setores envolvidos no funcionamento do SIAFIC.

O Órgão de Controle Interno, mantém o compromisso de buscar o aprimoramento dos processos a fim de que sejam cumpridos todos os prazos estipulados pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, bem como o atendimento de todas as exigências legais, contribuindo assim para a eficiência e a eficácia administrativa. O controle interno tem buscado a ampliação e a revisão dos diversos controles internos existentes no município de forma a corrigir eventuais falhas que ainda persistam.

6 Considerações Finais

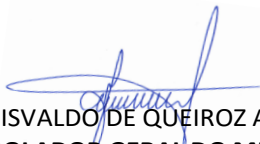
Finalizando, esclarecemos que o conteúdo do presente relatório versou o que dispões a Resolução nº 1120/2005 do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico deste Executivo Municipal, cujo objetivo foi verificar a veracidade das informações e relatórios contábeis e gerenciais dos quais averiguamos que no mês alusivo a essa Prestação de Contas, não ocorreu nenhum fato relevante na administração municipal, que merecesse destaque e/ou intervenção desse Órgão de Controle Interno, entretanto durante a análise por amostragem dos processos, foi percebida a ausência de ateste em notas diversas notas fiscais; ausência de planilhas de custos junto aos processos compostos por terceirização de mão de obra, e recomendado por parte desta Controladoria Geral, a devida cobrança do disposto no Art. 14, h) da Resolução TCM/BA nº 1323/2013. Contudo, quando da apreciação do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, poderão ser apresentadas falhas não percebidas, o que não exime os responsáveis de sana-as em época oportuna.

Ressaltamos também o forte empenho do Prefeito Municipal, quanto ao apoio e confiança nos trabalhos desenvolvidos pela Controladoria Geral do Município e pela luta conjunta com o órgão pela lisura e transparência da Gestão Municipal.

Finalizando este relatório, esperamos ter atendido de modo satisfatório ao que dispõe o Art. 17 da Resolução nº 1.120/05 do TCM/BA, cientes de que este trabalho requer evolução constante de modo a garantir maior transparência e controle da Gestão Pública, razão maior da existência dos órgãos de Controles Internos e Externos.

Formosa do Rio Preto – BA, 21/12/2023

Atenciosamente,



ERISVALDO DE QUEIROZ ASSIS
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 17/2021

7 Pronunciamento do Prefeito

Nos termos do Artigo nº 21 da Resolução 1.120/05, declaro ter tomado ciência das conclusões contidas no Relatório de Controle Interno referente ao mês de novembro de 2023, em seu inteiro teor, ao que me pronuncio consensualmente com relação presente relatório, emitido pelo competente órgão, recomendo à Controladoria Geral do Município a adoção das providencias necessárias ao regular cumprimento de todas as exigências legais vigentes.

Determino a Controladoria Geral do Município que notifique os servidores responsáveis e adote também, as providencias necessárias para corrigir e prevenir a ocorrência de novas falhas e irregularidades.

Junta-se à prestação de contas respectiva e encaminhe-se ao egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Formosa do Rio Preto – BA, 21/12/2023



MANOEL AFONSO DE ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL